



Três mil mulheres reunidas para debater seus problemas.

leve / Lécia p 51/3/80

O que as mulheres estão reivindicando

O II Encontro da Mulher Paulista, realizado dias 8 e 9 de março, sob a coordenação de 53 entidades femininas e feministas, conseguiu reunir nos auditórios e salas de aulas da PUC, mais de três mil mulheres. Empenhadas num amplo debate sobre os problemas e lutas específicas de um contingente que equivale a quase metade da população mundial, donas-de-casa, operárias, domésticas, intelectuais e estudantes, divididas em noventa grupos de discussão, buscaram debater em profundidade o tema central proposto pela coordenação do Encontro — a discriminação da mulher — subdividido em quatro outros temas: a mulher como trabalhadora assalariada, a mulher enquanto mãe, a mulher como dona-de-casa e a mulher dentro da sociedade como um todo.

Durante os dois dias, e em meio a discussões às vezes agressivas, como na questão do aborto, elas estabeleceram um rol de reivindicações ligadas a todos os aspectos do dia-a-dia da mulher.

Foram dois dias e meio de discussões

As mulheres decidiram continuar a luta por creches, iniciada a partir do I Encontro da Mulher Paulista, no ano passado (800 participantes) que deu origem à criação do Movimento de Creches, o qual, hoje, apesar de certas dificuldades, já se encontra estruturado. Além disso, reivindicam lavanderias e restaurantes coletivos, em seus locais de trabalho, melhores condições de moradia, educação, saúde e alimentação. Mas principalmente preocuparam-se com as condições de opressão e discriminação da mulher assalariada. Sem exceção, todos os grupos apontaram a necessidade de se lutar por salários mais dignos, sem esquecer de denunciar e lutar pela equiparação salarial (salários iguais aos do homem, em funções iguais) e contra a discriminação que sofre a mulher casada ou gestante no acesso ao mercado de trabalho.

As assalariadas mostraram-se dispostas a lutar também por assistência médica, jornada semanal de 40 horas, estabilidade no emprego e denunciaram a concentração de mulheres em subempregos ou prestação de serviços como

consequência da falta de estímulos à profissionalização feminina.

Mas detiveram-se também em temas como aborto — que merecerá um fórum especial de debates para se tentar chegar a um consenso, uma vez que há divergências — atendimento pré-natal e maternal-infantil e incentivo a pesquisas de métodos anticoncepcionais também para homens. Manifestaram-se pelo fim da educação diferenciada para meninos e meninas e vão iniciar uma campanha contra a utilização negativa da imagem da mulher nos meios de comunicação.

Na CPI, um perfil das discriminações

Não será, no entanto, tarefa das mais fáceis encaminhar todas estas questões, cujas causas, afirmam, têm raízes culturais, políticas e econômicas. Não está afastada a possibilidade de se criar uma entidade que venha a coordenar toda essa complexa luta feminina para que as conclusões do II Encontro possam ser encaminhadas na prática.

“É indisfarçável a existência da discriminação contra a mulher em quase todos os setores da atividade humana que compõem o mecanismo da sociedade brasileira”. A afirmação está no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito, conhecida como CPI da Mulher, instalada em 8 de março de 1977, incumbida de examinar e elaborar um relatório sobre a situação da mulher em todos os níveis e setores de atividade. Constan também da CPI — que ouviu depoimentos de trabalhadoras, artistas, intelectuais e estudiosas da problemática feminina — alguns dados reveladores: 82% da força de trabalho feminina está em tarefas que a economia considera improdutivas. Das 6,2 milhões de mulheres consideradas economicamente ativas, 2 milhões são empregadas domésticas e 1,5 milhão trabalham no campo. Mais de 80% das mulheres assalariadas concentram-se, por ordem, nas seguintes ocupações: domésticas, camponesas, professoras primárias, serviços burocráticos, costureiras, balconistas e tecelãs. No Brasil, a taxa de participação do sexo feminino no trabalho considerado economicamente ativo é das mais baixas do mundo.



Mulheres se reúnem outra vez contra a discriminação

Discriminação é o tema básico do 2.º Congresso da Mulher Paulista, que vai se realizar nos próximos dias 8 e 9, no Tuca. Na ocasião, 54 entidades femininas, feministas, movimentos populares, sindicatos e categorias profissionais estarão discutindo amplamente os seguintes itens: "Discriminação Enquanto Mulher", "Discriminação Enquanto Mãe", "Discriminação Enquanto Trabalhadora", "Participação das Mulheres nas Lutas Gerais" e "Participação no Movimento de Mulheres".

Tendo como base o sucesso do 1.º Congresso, realizado no ano passado, quando as sessões chegaram a ter 800 mulheres, e a ampla adesão e expansão das entidades e grupos de mulheres, em todas as áreas, as congressistas esperam a presença de duas a três mil pessoas, no decorrer do encontro deste ano, diariamente. Diante disso preparam, especialmente para as mulheres que moram na periferia, não só um esquema de transporte por ônibus como também uma creche com pessoas dispostas a cuidar e brincar com as crianças, e serviço de lanches para quem quiser. Essas facilidades, juntamente com um temário de interesse real para as mulheres, é que estão sendo colocados como estímulos para uma ampla participação no Congresso; tanto das mulheres, como de seus maridos.

Para expor em linhas gerais o que será esse 2.º Congresso é que diversas representantes de entidades se reuniram, anteontem, na sede do IAB, à noite. Lá, expuseram os objetivos do evento a Associação das Donas de Casa, Frente Nacional do Trabalho, Associação das Mulheres, Movimento de Luta por Creche, Movimento Contra a Carentia, Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Sindicato dos Bancários, Sindicato dos Jornalistas, Sindicato dos Têxteis e Grupo Favela Jaguaré.

Este 2.º Congresso da Mulher Paulista, conforme as participantes, visa incentivar a organização das mulheres em torno de suas reivindicações específicas e incentivar sua participação nas lutas gerais; unificar as entidades femininas, feministas e mistas interessadas em organizar mulheres em torno de suas lutas, com o fim de criar um amplo movimento de libertação da mulher; aprofundar, através do temário, a consciência da mulher de seus problemas específicos; levantar bandeiras de lutas específicas e unitárias e ampliar as já existentes; e ser o mais representativo possível das mulheres que sofrem dupla opressão: enquanto sexo e enquanto integrantes das classes exploradas.

O "Movimento Luta por Creche", por exemplo, foi uma das reivindicações mais ampliadas a partir do 1.º Congresso, que colocou também a importância da briga pela equiparação salarial, contra o programa de gravidez de alto risco e a profissionalização da mulher. A luta pela creche, que conforme informação da Associação das Mulheres será um dos itens do encontro de março, tanto vem dando resultados positivos que a própria Prefeitura vem dando ênfase ao assunto, elaborando um programa de implantação de 800 creches no período de três anos.

A representante do Sindicato dos Têxteis, cujas trabalhadoras este ano se juntam às outras entidades, no Congresso, colocou a maior conscientização da mulher da classe a partir do ano passado: "Os têxteis, que trabalham em turnos, são explorados em longas jornadas de trabalho, tanto o homem como a mulher. E ela, que forma 80% da categoria, começa a perceber seus problemas, e discutí-los. A união é muito maior e pode ser que este ano aconteça inclusive o 1.º Congresso da Mulher Têxtil."

Para a mulher da favela, sua luta começou há um ano e meio, com um abaixo-assinado para a Regional da Ponte Rasa acabar com os ratos, promover a limpeza das ruas e coletar lixo. Dai para a frente aconteceram novos pedidos e vitórias, chegando o movimento a reunir 36 favelas. Da mesma Ponte Rasa — da Associação de Bairros — vem dona Maria, que participa pela segunda vez do Congresso. Para ela, "a luta da mulher não está isolada da luta do povo, por melhores condições habitacionais, saneamento básico. Ela tem que se organizar na luta de sua liberdade como mãe e dona de casa, pois como tal é explorada, sem ganhar. Essa briga, que se ampliou muito do ano passado para cá, tem que ser ganha como um todo".

O Movimento Contra a Carestia, que no ano passado não participou, agora se junta às discussões. Nele, cuja maioria é de mulheres que não trabalham fora e não têm informação de nenhuma área, o trabalho começa no esclarecimento, no esforço pela conscientização da vida que leva e da liberdade por que deve lutar.

Todas as entidades e grupos defendem a participação do homem na luta da mulher e no 2.º Congresso, onde eles terão, inclusive, espaço para debater os temas. Além do mais, os homens são convocados também para tomar conta dos filhos, lá mesmo no Tuca, para suas esposas poderem participar das discussões.

Para a realização do 2.º Congresso da Mulher Paulista, cujos temas e problemas serão vistos também em filmes, áudio-visuais e teatro, estão sendo desenvolvidas várias atividades de arrecadação de fundos, como bazar de venda de roupas em bairros, e um show, que acontecerá na próxima sexta-feira, dia 6, na Escola de Samba Paulistano da Glória, com a participação de Carmem Costa, Clementina de Jesus, Beth Carvalho, Dôris Monteiro e Evandro e seu Regional.

A LEGALIZAÇÃO DO ABORTO

Que tome a palavra a mulher

Duas jovens e um médico foram detidos: em pauta a legalização do aborto

Maria Alice Rocha (*)

Um grupo de mulheres no Rio de Janeiro, militantes de organizações femininas, surpreendeu a imprensa e a opinião pública em geral: cerca de 40 delas se dirigiram no dia 16 de janeiro para a 25ª Delegacia, no Palácio da Justiça, protestando contra a prisão de duas jovens, de um médico e de uma enfermeira, acusados da prática de aborto.

Alguns dias antes, a coluna policial do *Jornal do Brasil* noticiava que uma clínica em Jacarepaguá havia sido invadida pela polícia, que encontrou no local duas moças e seus respectivos noivos. Levadas ao Instituto Médico Legal, este, com uma rapidez que não lhe é normal, constatou a prática do aborto. Estava assim caracterizado o flagrante. Em consequência, as moças, em liberdade sob fiança paga pelo médico, e o próprio médico (agora condenado a pagar 200 mil cruzeiros para ser posto em liberdade) irão proxima-mente a julgamento.

"ATO CRIMINOSO"

Mesmo expulsas do gabinete do juiz Mota Morais, no Palácio da Justiça, sob alegação de que "a justiça não recebe movimentos de pessoas solidárias a um ato criminoso" e "felizmente o aborto ainda é crime no Brasil", as feministas continuaram em seu protesto, distribuindo na rua e para a imprensa uma nota assinada pelas três organizações feministas (Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro, Centro da Mulher Brasileira e Sociedade Brasil Mulher), além de departamentos femininos de entidades estudantis:

"Como feministas reivindicamos que as mulheres tenham o direito de controlar seus corpos, de optar por ter ou não filhos, em número desejado. Por um lado, isso implica em que elas tenham um amplo conhecimento de seus corpos e dos métodos anticoncepcionais, acesso a esses métodos e o direito ao aborto como último recurso. Por outro lado, é necessário também que as mulheres que desejem um filho tenham condições materiais para realizar sua maternidade.

Por condições materiais, entendemos salários decentes, assistência médica pública de boa qualidade, existência de creches, equipamentos coletivos e a socialização do trabalho doméstico. Denunciamos, portanto, a hipocrisia da ilegalidade do aborto, defendemos a sua legalização."

A repercussão imediata na imprensa do Rio e do país dessa concentração de protesto que foi a primeira manifestação pública coletiva para legalização do aborto, mostrou não só a ousadia do próprio ato, mas principalmente, que a questão também está madura para ser colocada no Brasil.

UMA ESCOLHA

O aborto é a forma mais antiga conhecida pela mulher para interromper uma gravidez não desejada. Segundo alguns antropólogos, os povos primitivos já o praticavam em função de uma série de razões de cunho social, religioso ou pessoal. Esses métodos eram, em geral, brutais e frequentemente ineficazes. A mulher nem sempre sobrevivia e algumas crianças nasciam física e mentalmente defeituosas.

Hoje em dia, devido ao fato de que muitas mulheres se vêem privadas de uma atenção médica adequada — pela própria lei vigente sobre o aborto, ou pela sua condição econômica — alguns procedimentos aplicados não diferem dos métodos praticados por nossos antepassados, ocasionando à mulher graves seqüelas e em muitos casos até a morte. No Brasil estima-se que 2% das mulheres que se submetem ao aborto morrem, o que significa aproximadamente 70 mil óbitos por ano. Hoje em dia, com os métodos contraceptivos existentes, tais como a pílula anticoncepcional, dispositivos intra-uterinos (DIU), métodos de barreira como o diafragma e preservativos, alguns deles oferecendo uma boa margem de segurança, se poderia esperar

que uma mulher só engravidasse quando assim o desejasse. Entretanto, a realidade tem se mostrado bastante distinta. Ela tem sua sexualidade reprimida, vivida num clima de culpa (sem que ela própria saiba porque) e manipulada no sentido da reprodução. Além disso é mantida ignorante e alienada a respeito do funcionamento de seu próprio corpo e impossibilitada de exercer a aplicação consciente de métodos anticoncepcionais por falta de informações ou por problemas morais ou religiosos.

CLÍNICAS CLANDESTINAS

É com essa vivência de culpabilidade e repressão que a mulher conhece o aborto no Brasil. Embora ilegal, ele é praticado em grande quantidade por "curiosas" ou por clínicas clandestinas. Essa situação de ilegalidade estimula a corrupção e os preços extorsivos (algumas clínicas chegam a cobrar 25 mil cruzeiros), expõe as mulheres a riscos de prisão e, principalmente, a sofrerem as consequências de abortos efetuados em condições quase precárias. Fazer um aborto com algum grau de segurança é um luxo ao qual tem acesso apenas uma pequena parcela da população feminina. Mesmo aquelas que podem pagar altos custos da prática clandestina em clínicas melhor aparelhadas não estão livres de seqüelas, já que o objetivo dessas clínicas é maximizar o lucro em detrimento da qualidade do atendimento médico.

Freqüentemente as próprias mulheres, não tendo acesso às "curiosas" nem às clínicas, provocam o aborto em si mesmas, através da introdução de objetos estranhos no útero



Frente ao juiz Mota Moraes, as manifestantes, lideradas por Branca Moreira Alves, protestam

(como agulhas de tricô, hastes vegetais etc) gerando infecções e posterior expulsão do feto, ou com injeções locais de substâncias cáusticas, ou ainda, em casos extremos, chegando a sentar em brasas.

As "fazedoras de anjos" ou "curiosas", em geral fazem raspagens uterinas, utilizando uma colher como instrumento, sem anestesia e assepsia. Às vezes utilizam sondas que provocam hemorragias e levam a mulher a procurar um hospital onde o aborto é concluído, em geral, com curetagem "a frio".

Entretanto, do ponto de vista clínico, o aborto pode ser uma intervenção simples, com risco muito reduzido para a saúde, quando efetuado em condições adequadas. Até as 12 primeiras semanas pode-se interromper uma gravidez, por exemplo, utilizando-se o método de aspiração ou Karman, que é muito simples e em muitos casos pode ser feito sem anestesia (veja matéria ao lado).

O ABORTO LEGAL

Em aproximadamente 30 países do mundo, dentre os quais França, Itália, Holanda, além dos mais populosos como China, Índia, União Soviética, Estados Unidos e Japão, que representam 60% da população mundial, o aborto é legal nos primeiros estágios da gravidez. Apesar da pressão do aumento populacional em muitos deles, a maioria dessas leis ou normas não se baseia em fatores demográficos, não coloca o aborto como alternativa à contracepção e destaca fortemente as vantagens da prevenção.

Em muitos países, os movimentos liberalizantes, libe-

rados por organizações feministas, tiveram como argumento principal o direito que a mulher tem de dispor de seu corpo livremente. Em particular, nos Estados Unidos, o Supremo Tribunal Federal além de considerar e rejeitar o argumento de que o feto se torna "pessoa" ao ser concebido, referindo-se ao direito à vida privada, afirmou que esse direito é suficientemente amplo para incluir a decisão da mulher de terminar ou não a gravidez".

No Brasil, a história da criminalização do aborto passa por várias etapas. O Código Penal de 1830 não punia o aborto quando praticado pela própria mulher e o Código Penal Republicano de 1890 só o punia se, com ou sem o consentimento da gestante, dele resultasse a morte. Já o Código de 1940, ainda vigente, provavelmente influenciado pela afirmação de que o Brasil é um país predominantemente católico, permite o aborto de apenas dois tipos: o "aborto terapêutico", caso em que a gestante corre risco de vida, e o "aborto sentimental", se a gravidez resulta de estupro. Fora desses casos, é punido com pena de 1 a 4 anos para quem provoca o aborto (artigo 126) e com pena de 1 a 3 anos para a mulher que provoca em si ou consente que outro o provoque (artigo 124). Entretanto, o decreto-lei de 1969 que institui o novo Código Penal (ainda não está em vigor) permite o aborto apenas quando há risco de vida para a mulher, tornando, assim, a interrupção voluntária da gravidez que resulta de estupro, fato punível.

POLEMICA E POLITICA

Atualmente, tem-se conhecimento de um projeto de lei, de número 177, datado de 1975 e apresentado pelo deputado João Menezes, que dá nova redação ao artigo 129 do Código Penal, permitindo também a prática do aborto dentro das 12 semanas do início da gravidez, quando realizado com o consentimento da gestante ou de seu representante legal.

A questão é sem dúvida, polêmica e política. Em vários programas sucessivos do "Fantástico" — o show da vida", para todo o Brasil, fetos, juizes, padres, criminalistas, médicos e feministas disputaram a atenção. A legalidade do aborto está, pois, na ordem do dia. Aberto o debate, que tome a palavra a mulher.

(*) Maria Alice é do Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro

A LEGALIZAÇÃO DO ABORTO

O (simples) método Karman

Vera, 29 anos, brasileira, socióloga, trabalhou durante 3 anos no Centro de Ortogenia da Maternidade de St. Denis, a maior maternidade na França. Sua função principal era dar apoio psicológico às mulheres principalmente portuguesas e espanholas — que procuram o Centro para qualquer atendimento. Além disso, algumas vezes trabalhou como instrumentadora, auxiliando médicos que executavam aborto pelo método Karman.

PROBLEMAS DE CULPA

E ela quem conta: “Nesse Centro, procurávamos dar todas as condições favoráveis à mulher que nos procurava para se submeter ao aborto; mostrávamos a sala e os instrumentos da intervenção, explicávamos o seu funcionamento e também conversávamos sobre como ela estava se sentindo, porque estava fazendo aborto etc., com o objetivo também de que ela ficasse calma e relaxasse. Em geral, as mulheres portuguesas e espanholas que nos procuravam, por terem maior religiosidade, apresentavam mais problemas de culpa e muitas nem assumiam que iam abortar — diziam que iam à clínica para outro tratamento.

“Nessas mulheres, às vezes, o aborto provoca sofrimento, pois muitas vezes elas desejam a criança mas as condições financeiras (muitos casais viviam em hotéis baratos) não permitem.

“Entretanto, para a grande maioria de mulheres que nos procuravam esse método era praticamente indolor. Durante as seis primeiras semanas de gravidez pode ser feito sem anestesia, apenas com uma injeção relaxante, e sem hospitalização. Além disso, é sempre precedido de um exame ginecológico cuidadoso. Sua gran-

de vantagem é a de que preserva ao máximo o aparelho genital feminino, tocando apenas no colo do útero.

DE 6 A 7 MINUTOS

“Ele é bastante simples: inicialmente o médico coloca um aparelho que serve para manter aberta a cavidade vaginal, desses que se usa normalmente em exames ginecológicos. Depois, dilata o colo do útero, introduzindo delicadamente velas de borracha, finíssimas, que vão progressiva e lentamente aumentando de espessura. Feito isso, se introduz um tubo plástico, longo, fino e que possui dois orifícios numa extremidade arredondada — que se chama cânula — e aspira-se o conteúdo do útero, sem tocar na cavidade, usando-se um aspirador médico. O conteúdo vai se desprendendo com a aspiração e passando pela cânula, em direção a um vidro. Essa operação dura de 6 a 7 minutos. O tempo de gravidez, junto com o material recolhido à apalpação do útero, permitem ao médico saber quando a intervenção está concluída.

SUPORTÁVEL

“Segundo depoimentos de pessoas que já usaram esse método na França, ele é praticamente indolor quando aplicado sem anestesia para as pessoas que já tiveram filhos e suportável para as que nunca tiveram. Entretanto, a relação com a dor é determinada também por fatores psicológicos, pela motivação da mulher para abortar. Um aborto não desejado e sim determinado por fatores econômicos, morais ou religiosos, gera angústias e sentimentos de culpa que interferem no próprio ato de abortar”. (M.A.R.)

Duas mulheres. Duas experiências

Ilza, 31 anos, empregada doméstica, trabalha para sustentar seus 4 filhos: "Aborto? Fiz duas vezes, sim. Da primeira eu tinha 16 anos, nem sabia direito como se engravidava. A regra atrasou, meu corpo inchou e então uma vizinha disse para eu tomar Regulador Xavier n. 2. Tomei três vidros de uma só vez. Depois, tomei muito chá de canela, limão e outras ervas que minha mãe conhecia. Mais ou menos uma semana depois, parecia que eu tinha alguma coisa podre dentro de mim, saía um cheiro muito ruim e tinha muita cólica. Um vizinho me levou para o hospital, porque minha mãe tinha vergonha. Lá, me fizeram muitas perguntas, me xingaram tanto... Mas eu nem sabia o que estava acontecendo.

"Lá pelas tantas, me disseram: 'Tá doendo, né? Vai doer um pouco mais agora pra você aprender a não fazer bobagem por aí'. E me fizeram curetagem a frio, sem anestesia. Eu gritava feito louca e a enfermeira tapava a minha boca com um lençol. Passei um mês internada por causa da infecção. Foi tudo muito horrível. Nunca mais voltei lá. Fiquei com muita vergonha também. Lá que eu ouvi pela primeira vez a palavra aborto. É uma palavra muito feia, né?

"JÁ CHEGA"

Da segunda vez que engravidei, procurei uma enfermeira perto da minha casa — nessa época eu já tinha mais informações sobre essas coisas — e ela injetou um líquido vermelho dentro do meu útero, usando uma sonda. Depois tapou com um rolinho de algodão que tinha um cordão na ponta e disse para eu ir para casa e esperar. De madrugada comecei a passar mal, e a gritar. Minha mãe correu e fechou todas as janelas para os vizinhos não ouvirem. De manhã saiu o feto inteirinho e minha mãe enterrou no quintal. Depois de alguns dias, estava bem. Esse aborto também foi muito ruim.

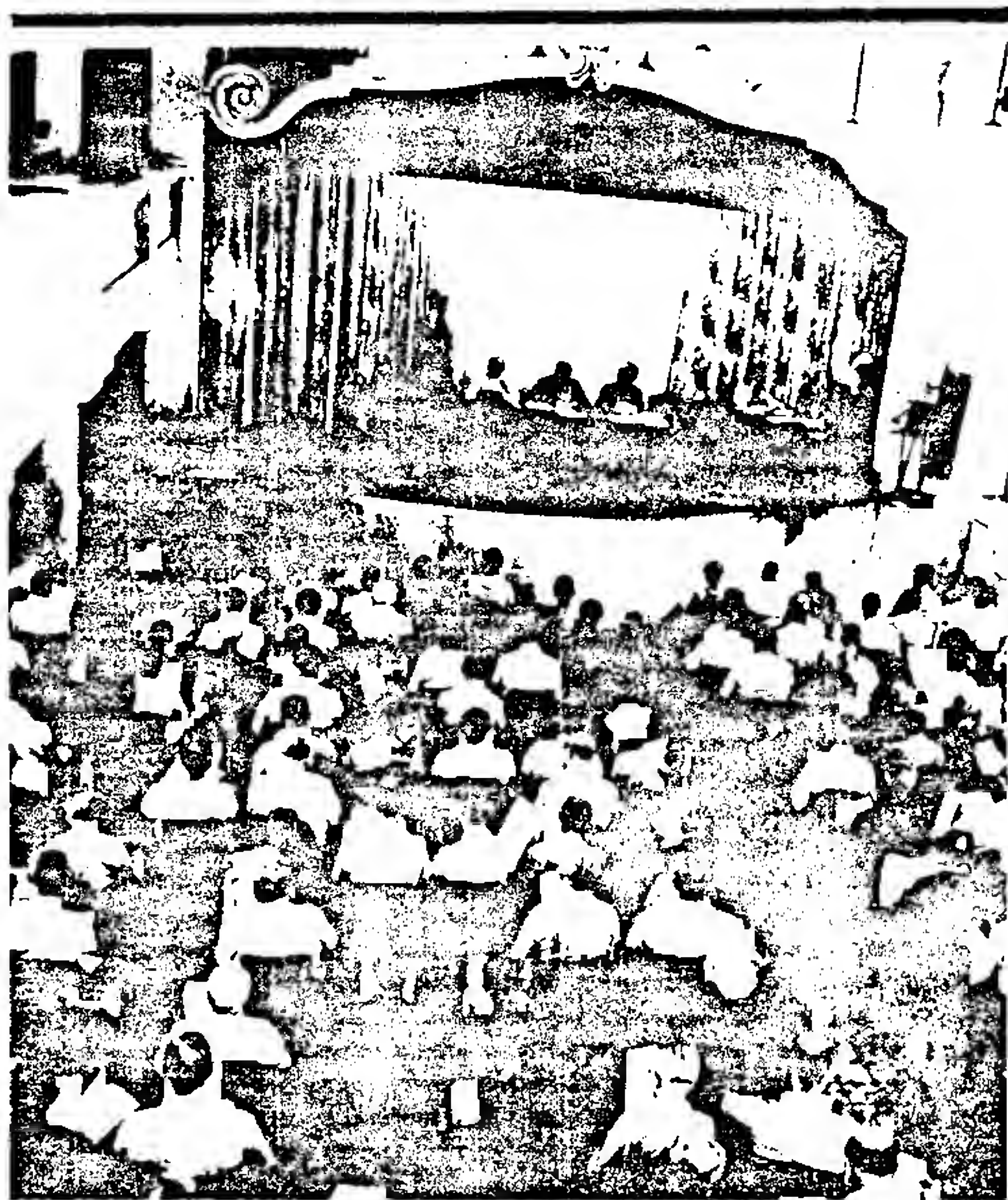
Depois tive 4 filhos. Já chega. Se engravidar? Não sei...."

"VOCÊ É FÉRTIL!"

Maria Helena, 29 anos, desenhista industrial, não tem filhos: "Fiz aborto há muitos anos, quando ainda estava estudando. Tinha parado de tomar pílulas por problemas hormonais, fiz as contas erradas e pronto: engravidei. Era impossível ter a criança, sem falar no fato de que realmente eu não queria, não fazia parte dos meus planos. Procurei uma dessas clínicas, o médico me examinou e marcou a data. Em nenhum instante vacilei, mas não posso deixar de descrever uma certa sensação que tive, uma espécie de desafio vencido: você é fértil, pode engravidar! Festejei intimamente esse fato, da mesma forma que me senti aliviada quando tudo acabou.

"Com o aborto em si, não tive nenhum problema: aquele velho esquema de um monte de mulheres numa sala, uma enfermeira que chama de três em três, tudo muito frio, muito distante. Lembro-me de que entrei às 10:15 e às 10:45, já estava vestida, com a bolsa no braço e com uma lista impressa de medicamentos que deveria tomar. Fui para casa e dormi. No outro dia, voltei normalmente às minhas atividades. Muito tempo depois é que me dei conta do risco que corri. Sinto medo e alívio porque tudo acabou bem.

Lembro também que o tratamento distante e frio que recebi do médico e da enfermeira num certo sentido me agradaram: hoje eu acho que de alguma forma eu queria ser punida porque no fundo me senti culpada e com vergonha. Atualmente tenho bastante cuidado para não engravidar, mas se isso acontecer e eu não puder, ou não quiser a criança, faço novamente aborto. Acho que toda mulher tem o direito de escolher quando e quantos filhos quer ter." (M.A.R.)



A condenação dos bispos católicos

A Igreja reafirma: "não matarás"

A questão da aceitação e legalização do aborto é polêmica dentro do país. A Igreja Católica, no entanto, tem opinião fechada e formada sobre o tema. Na 18ª Assembléia Extraordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — realizada em Itaipu, interior de São Paulo entre os dias 5 e 14 últimos — 250 bispos aprovaram, por unanimidade, o documento "Valores Básicos da Vida e da Família" que condena a prática do aborto e, conseqüentemente, a sua legalização.

A seguir, os trechos do documento que tratam do planejamento familiar e do aborto:

Sobre o planejamento familiar — "O planejamento familiar nunca pode obedecer meramente à busca de prazer e comodidade. Lamentamos que, por uma situação econômica, os pais não possam receber mais um filho que gostariam de ter. O que não aceitamos é que a limitação da natalidade seja imposição de uma sociedade injusta.

"Pior ainda quando é ditada por pressões externas ou interesses escusos, servindo-se de instituições aparentemente humanitárias mas na verdade empenhadas na redução da natalidade a qualquer custo.

Sabe-se que hoje os comércios mais rentáveis no mundo são os dos armamentos, dos

tóxicos e dos anticoncepcionais".

Sobre o aborto — "Num declive sistemático, já experimentado em outras nações, passando pela legalização do divórcio e pelas iniciativas no sentido de um controle artificial da natalidade, começa-se também no Brasil, um país cristão, a defender o aborto, e conseqüentemente, sua legalização. Aliás, numa sociedade onde a violência cresce todos os dias e a vida é sempre mais desvalorizada, o aborto emerge como uma das formas mais cruéis da violência contra a vida humana.

"Contra toda a argumentação capciosa que proclama o direito exclusivo da mulher sobre o seu corpo ou da necessidade de frear legalmente uma situação calamitosa já existente (abortos clandestinos), a Igreja proclama e proclamará a inviolabilidade da vida, desde o primeiro instante da concepção no seio materno. O direito à vida é o direito fundamental do nascituro.

"Muitas vezes não é a idolatria do prazer e do bem-estar que levam ao aborto, mas dolorosas situações pessoais ou condições de miséria criadas pela iniquidade social. Entretanto reafirmamos que a lei humana não pode permitir o que a Lei de Deus proíbe: — 'não matarás'."

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal *C. 1st. SP 2000*
Data *02/03/80*
Pág. *27*

Pasta n.º

N.º do recorte

Mulher de SP fará *1st SP 2000 2/3/80* congresso

A discriminação da mulher, em seus mais diversos níveis, será o tema principal das discussões do 2º Congresso da Mulher Paulista, nos dias 8 e 9 de março — encontro que tem como um de seus objetivos “incentivar a organização das mulheres em torno de suas reivindicações específicas e incentivar a participação da mulher, levando, de forma organizada, suas bandeiras para junto, também, das lutas gerais da sociedade”.

O temário e os objetivos do congresso, além de seus preparativos, foram apresentados ontem à imprensa em entrevista coletiva da comissão de divulgação. O encontro vem sendo preparado há vários meses, contando hoje, em sua coordenação, com o trabalho de 45 entidades entre grupos femininos e feministas, movimentos populares, comissões de mulheres de sindicatos e sociedades de bairros. No ano passado, o encontro resultou na participação de aproximadamente 800 mulheres, tirando dele as seguintes reivindicações: creche, equiparação salarial, contra o programa de gravidez de alto risco e profissionalização da mulher.

Políticos, advogados e psiquiatras opinam

O aborto é o grande tema do momento porque a lei que determina sua legalização ou não deverá ser votada ainda neste semestre pelo Congresso.

Por isso várias pessoas se preocupam em defender suas posições. Deve ser legal ou ilegal? É assassinato ou não? Existe vida aos três meses ou o feto não passa, nesse período, de um amontoado disforme de células?

Aqueles que atacam a legalização do aborto utilizam frequentemente o seguinte argumento: "É um assassinato porque já existe vida. A lei não deve mudar. O aborto deve ser ilegal, permitido apenas em caso de estupro".

Diante desses argumentos aparece uma pergunta que ficou até agora sem resposta: se o argumento maior contra a legalização é a alegação de assassinato, o fato dele ser permitido em caso de estupro faz com que ele deixe de ser assassinato? Então, concretamente, não se questiona se existe vida ou não, questiona-se a paternidade, a continuidade da linha paterna. E a mulher, onde fica nisso tudo?

Abre-se o debate:

Por Maria Tereza Verardo e Olga Nascimento



A pílula e o aborto não libertam a mulher

Hélio Bicudo
Jurista

"A respeito da questão, que passa a ser debatida no País, sobre a legalização do aborto, não vejo se possam adotar posições radicais: contra ou a favor.

A lei penal vigente define o aborto como delito contra a vida, mas concede que em determinados casos pode ser cometido sem que as pessoas envolvidas devam ser incriminadas. Além do aborto terapêutico (para salvar a vida da gestante), pode ser praticado em caso de violência sexual.

Por outro lado, a lei civil assegura os direitos do nascituro, a partir da concepção.

Mas o problema, hoje, se põe no plano da disponibilidade, pela mulher, de seu corpo, ou de sua libertação, como se costuma dizer.

Mas será que essa disponibilidade vai a ponto de sacrificar-se, em nome de uma discutível libertação do sexo, a um outro ser?

O aborto não terá maior conteúdo nesse sentido e com a pílula, ao invés de libertar a mulher, será mais um elemento para a permanência de sua sujeição.

Não é a pílula ou o aborto que irão libertar a mulher, mas será ela própria que se libertará, a partir do instante em que tiver presente a sua missão na sociedade, que não é diferente da do homem, pois que ambos devem caminhar juntos, no sentido de aperfeiçoá-la.

Existem bens que recebemos, dos quais não podemos dispor, a não ser em circunstâncias extremas.

Não vejo, fora desses parâmetros, outra maneira de enfrentar-se o problema, cujas qualificações críticas vão muito além das jurídicas."

A decisão cabe à mulher

Eduardo Matarazzo Suplicy
deputado estadual pelo
ex-MDB paulista

"A mulher deve ter informação total a respeito da possibilidade de engravidar. O aborto é um problema social de extraordinária envergadura. Atinge grande número de mulheres, principalmente no Nordeste. Cabe à mulher decidir se quer ou não abortar. É uma questão que envolve valores morais, principalmente religiosos, que devem ser respeitados.

Acima de tudo, é importante debater o aborto. Só o debate pode levar a soluções.

Melhores condições de vida acabariam com o aborto

Irma Passoni
Deputada estadual, pelo
ex-MDB paulista

"O aborto tem que ser visto dentro da problemática da situação social do povo. A mulher sofre uma repressão no seu direito de optar a ter ou não filhos. Esse direito passa pelo problema de condições de vida, onde ter e onde deixar seus filhos.

Esse direito de opção é um direito que precisa ser conquistado. Precisa se dar à mulher a liberdade de uma decisão como essa.

As condições para essa decisão são melhores salários e melhores condições de vida. E, com essas condições, o aborto deixaria de existir. Essa opção pelo aborto é a última saída, é uma decisão extrema."

E a destruição posterior, do indesejado?

Eduardo Muxlaert Antunes
Advogado e professor da PUC — SP

"A questão do aborto envolve dois problemas básicos:

1) A legislação penal ou repressiva que é a legislação hoje, totalmente inadequada. Por um lado pode-se observar um fato social, ou melhor, inferir; existe um número muito grande de abortos que se realizam habitualmente no Brasil. Cifra essa que pode ser estimada em mais de um milhão por ano, e que não chega ao conhecimento oficial das autoridades e não é objeto de estatísticas seguras, o que podemos chamar de "cifra negra".

O direito, no caso, evidentemente não casa com o fato social e nem com qualquer ideal de justiça. A legislação penal é absolutamente ineficaz, não tendo aplicação senão em casos acidentais. A solução para o problema é evidentemente a despenalização do aborto consentido.

2) Este problema diz respeito à legitimação do aborto como prática. Atualmente só se admite em hipóteses raríssimas, como por exemplo no caso em que a gravidez tenha decorrido de estupro. Existe, entretanto, inúmeras outras hipóteses em que o aborto se apresenta como prática necessária. Seja por motivos terapêuticos, seja por motivo até de ordem social.

Os que combatem acirradamente o aborto falam sempre na destruição do feto que seria um ser humano em miniatura. Parecem esquecer-se propositadamente da destruição posterior, mais violenta e mais degradante, dos seres humanos indesejados por pais sem a menor condição de educá-los".

Algumas religiões proíbem a transfusão de sangue; a cristã proíbe o aborto

Paulo de Abreu
Psiquiatra

"ilegalidade do aborto no Brasil é fruto da cultura ocidental cristã. A mulher que pratica um aborto vai se sentir extremamente culpada. Se o aborto não fosse proibido não haveria essa sensação de culpa.

Não existe diferença entre uma cirurgia e um aborto numa cirurgia retira-se uma parte do corpo, num aborto retira-se um amontoadão de células. Um feto aos três meses de gestação é inviável. Se nessa época, ocorrer um aborto espontâneo, ele é aceito e as pessoas até o assumem. O fato concreto é que, espontâneo ou não, houve um aborto.

Algumas religiões são contra a transfusão de sangue. Dentro da cultura brasileira as pressões que impedem transfusões de sangue são vistas como ultrapassadas, erradas, enfim, são mais vistas. Nossa cultura vê o aborto da mesma maneira.

Do ponto de vista da emancipação da mulher e legalização do aborto é uma conquista. Numa cultura discriminatória dos sexos como a nossa, a mulher não tem direito ao prazer, já que a sexualidade feminina é destinada exclusivamente à procriação.

Exemplo disso é a frequência de relatos de mulheres de classe mais baixa em que até a inversão na postura durante o coito é vista como extremamente humilhante, é uma depravação. A mulher se sente culpada em sentir prazer.

Se os métodos contraceptivos fossem bons e não tivessem efeitos colaterais, esse problema não existiria. Mas, como não é assim, a mulher tem que arcar com os efeitos colaterais, gravidez ou aborto.

Nas classes mais baixas o que se vê é a mulher engravidar e ser abandonada pelo companheiro. Ela vai criar sozinha a criança, levando o estigma de mãe solteira, de prostituta, mesmo que ela tenha tido uma única relação.

Eu vejo o aborto como um problema não só da mulher mas também do homem. Mesmo que a nossa cultura dê ao homem o direito ao prazer, esse fato não coloca como obrigatório ele ser pai de uma criança que não desejou.

Se o aborto fosse permitido, não haveria sentimento de culpa

Iran Erhani de Moraes
Psiquiatra

"O aborto deve ser objeto de uma nova análise pela sociedade. A sexualidade mudou, e a maneira de ver o aborto também deve mudar. Num contexto em que o casamento é uma coisa necessária, legal e obrigatória, as relações sexuais só são permitidas através do casamento. Fora dele, as relações são tidas como degradantes. Quando alguém engravida nessas condições, traz consigo o estigma da ilegalidade por ter tido relações fora do casamento.

Ao nível individual, depende muito de como ocorre a gravidez. Numa situação muito comum, em que a mulher quer ter o filho e o homem não, há o aborto em sacrifício à união. Como os contraceptivos são problemáticos, são as vezes abandonados e a mulher engravida sem desejar. Só resta a opção de aborto.

Logicamente a reação da mulher varia de acordo com seu contexto social. Como é feito hoje, esta prática traz para a mulher um sentimento de culpa. Se o aborto fosse permitido este sentimento não existiria.

Com açúcar e com infeto... e ainda vou fazer teu prato. Parece que essa escravidão feminina vem acompanhada, ultimamente, de meio-sorrisos por parte das mulheres. Ninguém mais acredita que, em nossos grandes centros urbanos, a mulher ainda não tenha percebido que o papo não é mais esse; esse papo de Amélia é coisa do passado!

A liberação da mulher caminha, aos traços e barrancos, mas caminha. É o que dizem. Só um cego não vê que, hoje, nenhuma moçoila é mandada embora de casa pelo pai, só porque perdeu a virgindade na solteirice. E em Quixeramobim, é assim também? Afinal, os "Dancing Day's", os "Malu Mulher", as "Palomas" e (pelo jeito) as "Água Viva" da vida, também são lhope em Banala! Pois é isso aí. O clima de liberação é um fato (liberação moral, é claro), mas eu disse "clima". Discute-se topless, transas corpóreas, os casamentos se desmontam e se acumulam os processos de separação nos cartórios, as creches para família-média aumentam em número, e até a legalização do aborto já está em pauta. O Brasil não está desvinculado da comunidade internacional e o PDS está aí para provar o quanto a pátria anil galgou degraus na sua "abertura". No entanto, nossa história andou mostrando que há nestas plagas uma certa mania, um certo cacete, qual seja, o de se decidir tudo de cima para baixo, desde Constituição, passando por presidentes, até o topless. E nessa verticalidade histórica está decidido que a discussão, agora, é supra-estrutural.

É espantoso como jovens recém-sol-dados da adolescência podem emitir certas opiniões sobre assuntos candentes e difíceis, sem titubear (aborto, casamento, sexo...), como se estivessem falando de arroz e feijão. Dirão alguns, isto é próprio da juventude, essa incrível segurança na ignorância. Talvez, mas penso nos veículos de comunicação de massa que fazem, incansavelmente, as vezes de mestres nesses assuntos, apresentando soluções para todas as angústias e ignorâncias, num discurso ágil e desprezioso, não poucas vezes com pitadas de seriedade "científica"; falo das revistas "Cuprieta", "Pop" e que tais; falo das novelas da TV Globo e da liberada "Malu Mulher", prá ficar só nisso. O que opinam alguns espectadores, leitores, curiosos e/ou preocupados com o assunto? Vejamos.

Ninguém é propriedade de ninguém

A.M., 21 anos, solteira, estudante da 5ª série, trabalhando em casa de família.

"O casamento é muito difícil, eu não me casaria. A mulher tem que ter liberdade no casamento, poder trabalhar, ter seus amigos, ir ao cinema sozinha. Ninguém é propriedade de ninguém. Relação sexual? Bem, quando se gosta, tudo bem. As pessoas não pode se deixar usar, ficar fazendo sexo toda hora, se vendendo... No Brasil estamos atrasados. Um país não atrasado? As americanas, eu acho. Prostituta? Eu acho que é aquela mulher que acha mas fácil cair na vida do que trabalhar duro. Homossexualismo? Cada um faz o que acha que quer. Aborto, não, eu não aceito, não! Eu não faria de jeito nenhum!"

"Bem, o Topless, acho bom, pois se não existisse roupa todo mundo andaria sem, e ninguém ligaria, não é? Desde que a mulher não seja agredida...ela já usa tanga! Ah, o Brasil mudou muito! As mulheres estão mais livres, mas os homens ainda não aceitam isso. Abertura? É, ouvi falar, mas eles abrem prá umas coisas e não deixam tocar a música do Chico, "Men amor"."

N.P., 20 anos, solteira, não é brasileira, estuda e trabalha em casa de família.

"Não acho justo o topless. Por que? Porque não é justo. Para os outros, tudo bem. Casamento, sim, eu me casaria se gostasse, e também dormiria com a pes-

soa antes. Por que guardar para amanhã o que se pode comer hoje?" Prostituição? Não penso bem das prostitutas, mas algumas querem sair dessa vida e não conseguem. Aborto? É difícil, mas talvez eu fizesse, sim. Abertura, não, eu não sei nada. Parece que, hoje, fala-se mais..."

A.R., 55 anos, casada uma vez só, 3 filhas, funcionária pública, nível universitário.

"Essa história de topless é pouca vergonha, moral baixa. É preciso conservar um pouco a moral. Onde estamos, em Sodoma e Gomorra? Liberação da mulher? Acho que sim, ela tem mais liberdade hoje, no casamento também. Antes era só cuidar dos filhos, do marido; agora ela trabalha. A virgindade? A mulher deve preservar antes do casamento, senão o homem não a respeita. Aborto, só em certos casos. Homossexualismo só aceito como doença." Prostituição? É um mal necessário; sem ela até poderia haver mais mães solteiras por aí. Agora, uma coisa, esse negócio de liberação da mulher, pensando bem, é utopia. Ela consegue uma brecha aqui, outra ali, mas no fim das contas, que nada! Veja o caso do Doc Street. A mulher está por baixo!"

Homossexualismo? Isto devia ser eliminado

W.N., 45 anos, casado, ex-motorista de caminhão, hoje comerciante, nível primário.

"Ridículo o topless. Certas partes não devem ser mostradas em público. Casamento? Ainda é válido se houver compreensão. A liberdade da mulher no casamento? Tudo depende do entendimento entre marido e mulher. Se eu tenho filha? Tenho uma. A mulher deve manter-se virgem antes do casamento, mas se acontecer... a culpa foi da educação errada que os pais lhe deram. Aborto? Bem, aceito em casos médicos. Moça solteira não deve abortar, mas procurar uma instituição que cuide da criança se ela não puder cuidar. Prostituição? Está ligada à miséria do país. É bonito chegar num lugar que só tenha mulher distinta! Homossexualismo? Deve ser eliminado, é uma doença. Liberação da mulher? hoje, sim, está mais liberada, talvez pela

influência da TV. No fim, tudo se resolve com respeito.

Os homens têm que enfrentar os seios das mulheres

P.M.A., casada, 32 anos, nível universitário, espócie da intelectualidade brasileira.

"O topless eu acho saudável. Nova Moda? A moda é sempre um gesto de defesa em relação a algo que quer ser liberado. Já está na hora dos homens enfrentarem os seios das mulheres! Não, não deserotiza, não! A nudez é uma conquista da humanidade, de sua origem. Claro que tudo está dentro do capitalismo e nada pode ser pensado fora dele, nem a nudez, mas isto é um assunto bem mais complicado. Casamento? Se já era? O casamento mal começou. E não se pense que o casamento surgiu por acaso na humanidade. Corresponde a um anseio profundo da espécie humana. E a relação entre as pessoas também mal começou. Bem, esse negócio de liberação da mulher, eu tenho a dizer que eu sei cozinhar, lavar fraldas, e na minha vida há uma divisão de tarefas, mesmo. A virgindade não é um problema. Prostituição? Jamais dormi com uma prostituta e não sei se isso é uma limitação ou uma conquista". A prostituição é lamentável, e digo prostituição quando se trepa em troca de dinheiro. Aborto? Isso é complicado. A mulher é que resolve, já que dar a vida é uma opção, e é ela quem traz a vida dentro dela. Liberação da mulher? Sim, ela está se liberando e a literatura brasileira tem mostrado isso: Sinhá Vitória, Diadorim... Se trabalhar fora é sintoma de equiparação, a mulher, hoje, desfruta dos mesmos desgostos e pesos que o homem desfruta."

L.F.S., 41 anos, casado pela segunda vez, profissional liberal, dois filhos.

"Topless eu acho natural, uma evolução natural do comportamento da mulher, uma evolução moral até. Casamento é uma instituição muito conseqüente. Acho que esse negócio de papel passado não tem sentido. Não se pode determinar o tempo de vivência entre duas pessoas, e nem pode haver obriga-



Por Rachel de Andrade

toriedade. Não sou contra o casamento, mas contra o modo como duas pessoas se vêem, mediante papéis, obrigadas a viver juntas. Isso é deturpação do relacionamento a dois. Liberação da mulher no casamento? Olha, a nível teórico, tudo bem. Há homens que aguentam e outros não. Prá mim é difícil. Bem, a virgindade não é problema nos grandes centros urbanos. A classe média anda mudando... A mulher não está mais livre agora. A liberdade da mulher só pode vir com a mudança estrutural da sociedade. O movimento feminista, por exemplo, eu acho válido se feito junto com os homens, nos partidos. Movimento enquanto espécie não me convença. Homossexualismo? Ainda está longe sua aceitação. Não tenho absolutamente nada contra. Aborto sou favorável, mas creio um tanto inoportuna sua legalização. Primeiro é preciso discutir o aborto e as condições da mulher nesse problema. Legalizar é um pouco cedo. Abertura? Que abertura? Não existe. Se há um movimento de "liberação" talvez ele seja até dirigido".

O topless encobre outras questões

C.G.A., 33 anos, casada, profissional liberal, dois filhos.

"Topless? Tudo bem, cada um usa o corpo como quiser. Mas essa questão encobre outras mais importantes. Por exemplo, o orçamento do executivo não é mais discutido, ninguém mexe em orçamento nenhum, nem o legislativo discute. Pode até legalizar a UNE, e daí? A população está afastada de tudo! Casamento eu acho válido enquanto escolha de um companheiro para viver mais próximo, mais intimamente com ele. Não significa um contrato, uma posse. A mulher só tem desvantagens nesse contrato de casamento. Em geral, fica infantilizada pelo paternalismo do marido, fica castrada. O homem pode até ter um discurso progressista, mas na hora H... E isto não só no casamento mas nas sociedades comerciais, na profissão, é esse mesmo modelo que a mulher tem que enfrentar: os homens se sentem pais de uma quase "débil mental", a mulher, no caso, liberdade a dois? Isso deve ser procurado. É difícil, tudo o que se esconde

numa relação acaba explodindo depois. Não pode haver é "obrigação de", de nenhum dos dois lados. Olha, virgindade eu pensei que não fosse mais o problema, mas quando vejo como as moças, hoje, estão infantis, guardam bonecas, põem penduracalhos em seu quarto, cortam fotos de revistas e lêem certas revistas infames, não sei não. Digo isso porque já vi, por exemplo, certas moças que não querem abortar mas não têm capacidade de ter o filho, acabarem tendo esse filho em nome do "natural". Será que muitas dessas jovens não estão pensando, também, que o "mais natural" seja dormir com o homem depois do casamento? Não sei o que pensar. Homossexualismo, aborto, sou a favor, claro."

Libera-se o aborto mas não o trauma do aborto

C.J.C., 39 anos, desquitado, profissional liberal, com um filho.

"Topless eu acho ótimo. Quanto menos roupa, melhor, é mais saudável. Casamento, eu acho um círculo mágico que deve ser mantido. Uma situação de relacionamento por onde passa afeição, emoção, proteção é muito importante. Mas é extremamente difícil manter esse círculo mágico. E eu já ouvi dizer que casamento tira tesão. Acho bem o contrário. O excesso de relacionamentos com diferentes mulheres é que tira a tesão. Virgindade, eu acho que já não é problema faz tempo. Essa pergunta não tem sentido. Prostituição é mais complicado. Há uma prostituição a nível econômico, que eu acho lamentável, mas há uma prostituição a nível psicológico. Há mulheres que são prostitutas natas, quer mediante pagamento, quer mediante outros benefícios. A prostituição não é solúvel com reformas ou revolução. Liberação da mulher? Acho que a mulher e o homem têm que cuidar das crianças, da casa e trabalharem. O homem que só trabalha é explorado e impedido de participar da relação criativa com os filhos. As creches já vão substituir os pais. Aborto precisa ser liberado, mas antes deveria haver uma divulgação dos métodos preventivos de gravidez. Você libera o aborto mas não libera o trauma do aborto. Só liberar é uma visão estreita. Homossexualismo? É uma forma de amor."

Um presente da abertura

Com tudo isso, tão pouco ordenado, tão pouco "científico", só tenho a acrescentar que a "abertura" está muito bem, obrigado. Está conseguindo até interessar os mais diversos segmentos sociais nestes problemas tão complicados. Mais do que interessar, está mobilizando as discussões, e criando espaço de debate até na imprensa alternativa (nós). Trata-se de saber se todo esse ruído do tribunal não está "lutando" por uma causa já ganha, que já veio empacotada em papel florido e laços de fita... um presente da abertura. Isto porque, enquanto o Globo programa o que deve ou não ir ao ar, e os gulosos espectadores vão conferir se estão "por fora", ou "por dentro" das discussões levantadas no vídeo, a reluzente moeda continua se movimentando conforme desígnios "divinos". E não vai ser a legalização do aborto (que está sendo debatida sem que se leve em conta o fator controle ou não da natalidade), nem vai ser o topless, nem a dissolução da família (que o próprio capitalismo está se incumbindo de fazer), quem vai deter esse movimento do vil metal. Não será demais lembrar algumas palavras de Marcuse a essa altura: "Com o declínio da consciência, com o controle da informação, com a absorção do indivíduo na comunicação em massa, o conhecimento é administrado e condicionado. O indivíduo não sabe realmente o que se passa; a máquina esmagadora de educação e entretenimento une-o a todos os outros indivíduos, num estado de anestesia do qual todas as idéias nocivas tendem a ser excluídas. E como o conhecimento da verdade completa dificilmente conduz à felicidade, essa anestesia geral torna os indivíduos felizes".

A recente mostra realizada pelo Museu de Arte de S.P. **"As perspectivas do Cinema Brasileiro"**, entre 4 e 16 de fevereiro, ofereceu um painel rico e matizado para se refletir um pouco sobre os destinos e desatinos do cinema neste país. A escolha dos quinze filmes inéditos (alguns até então proibidos) obedeceu a uma saudável diretriz de misturar de forma heterodoxa variadas vertentes da produção atual. Vamos nos fixar aqui apenas num dos recortes possíveis do ciclo que aparenta ser bastante significativo.

Bye bye Brasil; O arcaico e o moderno

A imprensa já vinha dando um destaque e ênfase acentuada ao novo filme de Cacá Diegues **"Bye bye Brasil"**. O cineasta aliás facilita o trabalho da acomodada crítica paulista se expressando por meio de entrevistas — manifestos, e redigindo "releases" que se transformam em artigos. Na revista *Status* deste mês Cacá escreve: "...Bye bye Brasil é antes de tudo um filme sobre isso: a convivência, a coexistência no mesmo tempo e espaço do arcaico e do moderno, do pobre e do rico, do passado e do futuro, do atraso e do progresso"; e salienta ainda estar atualmente fascinado pelo uso de técnicas modernas do cinema, fazendo questão de frisar que utilizou no **"Bye bye"** as novíssimas câmeras BL e lentes NewZeis que Stanley Kubrik usou em **"Barry Lindon"**.

Retomando as colocações de Cacá Diegues sobre a convivência do arcaico e do moderno — na verdade uma apropriação estética da análise que caracteriza a inserção do Brasil no capitalismo mundial como um processo desigual e combinado, o setor moderno se nutre do **"Arcaico"** numa relação simbiótica em que traços do novo aparecem no arcaico e relações arcaicas surgem no novo — podemos tentar uma extrapolação destas concepções para a atual produção cinematográfica. Assim talvez possamos identificar **"bye bye Brasil"** e **"Muito Prazer"** de David Neves (mais pela sua temática) como representantes do **"Moderno"**, e por outro lado os filmes da **"Boca do Lixo"** paulista, que pela primeira vez adentram o ambiente **"cultural"** do MASP, tentando a todo custo escapar do estigma de setor **"atrasado"**.

Dentro deste enfoque foi exemplar o debate que a mostra propiciou, ao apresentar para uma platéia mais refinada, não só os filmes que carregam o selo de garantia de **"produto cultural"**, mas também produções da Boca, como **"A Força dos Sentidos"** de Jean Carret e **"E Agora José"** de Ody Fraga.

"A Força dos Sentidos" apresenta um diretor com bom domínio de sua linguagem, as movimentações de câmera e enquadramentos já não assustam Jean Carret que vem se aperfeiçoando por caminhos conturbados, às vezes de concessão ao comercialismo mais imediato. Hoje o diretor se cerca de uma equipe competente (a fotografia bem cuidada de Carlos Reichenbach e a montagem precisa de Eder Mazzini) para realizar uma obra bem construída artesanalmente. No entanto as próprias condicionantes de produção parecem forçar o cinema

paulista a enfocar temáticas que geralmente se desenrolam em uma ilha ou casa de campo isolada (vide **"A Ilha dos Prazeres Proibidos"**, **"Mulher, Mulher"**, **"Tara, Prazeres Proibidos"**) onde se desenrolam conflitos pessoais carregados de alta dose de sexualidade.

As cenas são construídas de forma a impressionar e agarrar o espectador com recursos cinematográficos: a sequência filmada em cima das pedras com Elisabeth Hartman, é enquadrada tendo por fundo uma enorme lua azulada, rebusca-se a fotografia em busca de um toque sobrenatural; já a cena de sexo final com a sensível Aldine Müller e Francinete no mar é construída por superposição de imagens, as duas trepando simultaneamente com Paulo Ramos, criando uma impressão de sonho, e é justamente a cena que **"ilustra"** uma relação de amor **"puro"** que fez o filme. Curioso notar que a cena melhor elaborada, mais descontraída sexualmente, é a que envolve uma personagem problemática (Ana M. Kreisler) casada com um alcoolatra; aí o sexo corre de forma mais natural, sem rebuscamentos visuais, parecendo se associar inconscientemente uma maior liberação sexual, com a ausência de afetividade que permeia a relação.

Os papos furados do pós-orgasmo

De qualquer forma nota-se uma diferença concreta com as cenas de cama de um outro filme da mostra — **"Muito Prazer"** de David Neves. Neste é significativa uma sequência erótica envolvendo Itala Nandi e Paulo César Sarraceni numa situação de adultério, mas que é mostrada após o ato sexual numa total descontração, uma brincadeira quase infantil dos personagens. Itala subindo e se enroscando em Sarraceni, tudo filmado sem rebuscamentos e tendo como som os papos furados do pós-orgasmo. Nos dois filmes os personagens pertencem ao mesmo estrato social, mas os filmes de Jean Carret constroem as cenas sexuais visando uma relação diferente com o seu público, procurando adivinhar os seus desejos, como se pretendesse conduzi-lo junto ao que se passa na tela em direção ao orgasmo. Desta forma parece se projetar nas sequências eróticas a própria repressão da platéia, enquanto em **"Muito Prazer"** o diretor parece dialogar com um público mais desreprimido, ou, pelo menos, não se preocupa em aticar a sua repressão.

O gênero pornô-político

O segundo filme da **"Boca"** apresentado na mostra é quase um exemplar típico da produção paulista. Realizado em 18 dias, com um baixo orçamento e pouco material para montagem, Ody Fraga procurou em **"E Agora José"** aliar um tom de denúncia da tortura a presos políticos com fartos elementos eróticos que garantissem a rentabilidade do filme. Inaugura-se desta forma o gênero pornô-político, mas não pode se negar a coragem e oportunidade de Ody, que inclusive encontrou dificuldades para encontrar produtores para o seu filme. Deve ter sido desconcertante para o público a fusão de uma temática que lhe é simpática com o tratamento **"grosso"** dado pelo diretor.

Por José Mário Ortiz Ramos

A "Boca" invade o Masp



Aldine Müller em "A Força dos Sentidos"

Três notas sobre TV

Uma enfiada de filmes

"Fantástico", de Stanley Kubrick: "A Dama de Shangai", de Orson Welles; "O galante Mr. Deeds", de Frank Capra, e finalmente "Coroner Creek" (Águas Sangrentas), de Ray Enright, mostrados no espaço de apenas uma semana pela TV-Gazeta, me levam a desdizer um artigo de dois números atrás, quando disse que os bons filmes programados por esse canal eram provavelmente obra do acaso.

Nada disso: uma tal constância na exibição de clássicos do branco e preto, ou um tal faro para desencavar os mestres da série B não podem ser resultado do acaso. Existe aí a mão de um bom programador, e é uma pena que a Gazeta não capitalize o fato de ser a TV cinematográfica do momento.

Como disse de outra vez, esse simpático canal "underground" tem vantagens como a pequena quantidade de anúncios e, ainda, um projetor meio vagabundo, que emperra de tempos em tempos e cria assim um clima de cine-fube, como há muito tempo não se vê entre nós. Não custava nada, portanto, corrigir certos defeitos elementares (como o fato de com frequência começar suas fitas antes do horário previsto), ou incrementar a programação, fornecendo ao espectador uma ficha completa do

filme (dados sobre os atores, diretores, produtores e principais elementos da equipe), e fazendo uma apresentação que nos situe dentro do espetáculo. Coisa barata, portanto, e preciosa. Mais complicado, mas não impossível, seria mostrar filmes brasileiros que os órgãos competentes (?) ocultam com carinho: os Humberto Mauro, Adhemar Gonzaga, Lulu de Barros, Moacir Fenelon, etc., etc.

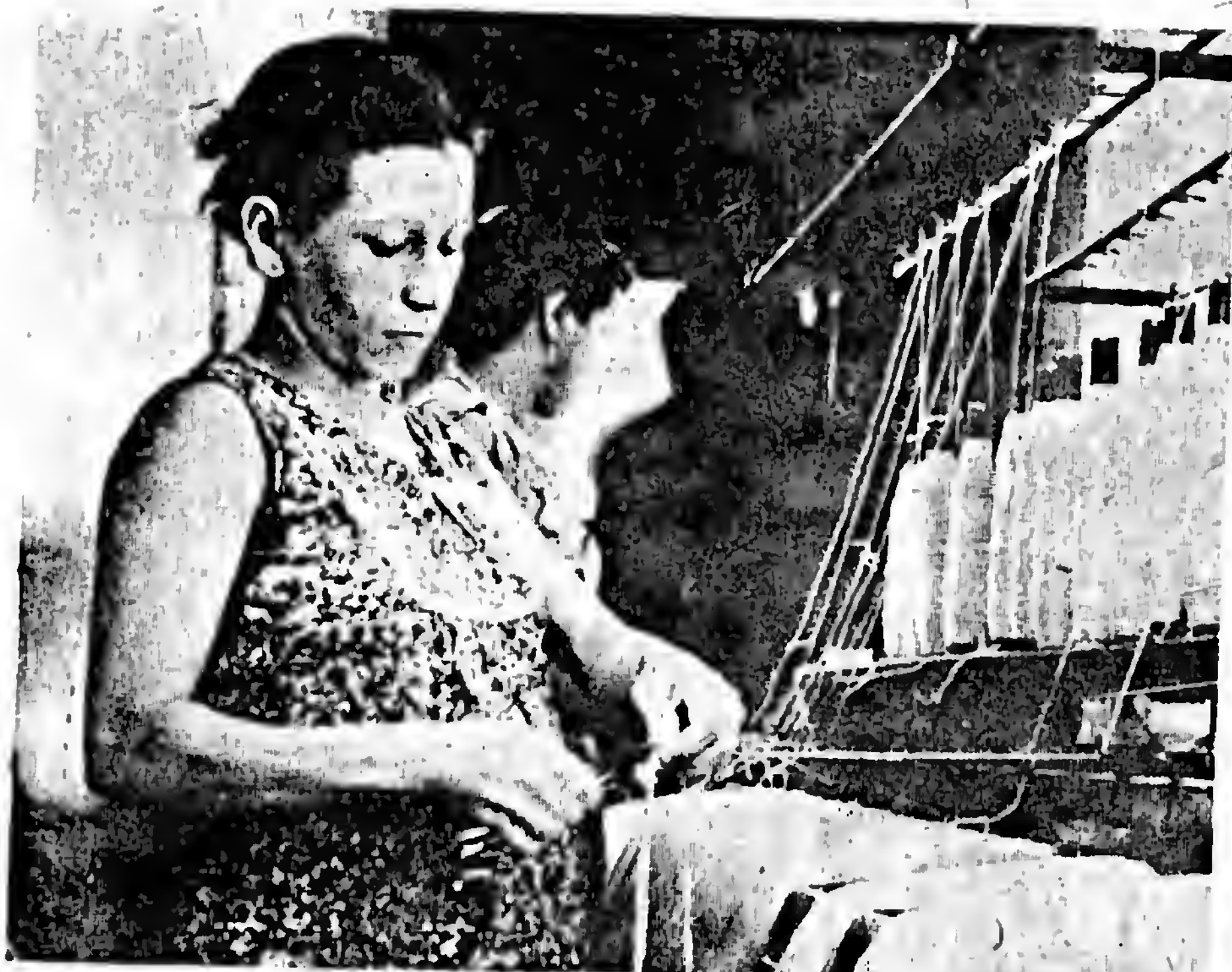
TV Globo é uma sub-televisão

Tem novelas que acredita verossímeis e raciocina em termos de qualidade. A Globo, com suas séries pra frente (Brasil)? Consegue o milagre de produzir hoje o atraso de amanhã. Não sou alto, dizia Macedônio Fernandez, mas o suficiente para tocar com os pés no chão. A Globo é um canal que cresce para cima sem se dar ao cuidado de verificar se também está crescendo para baixo: não deixa raízes. O apogeu da estupidez é sem dúvida o Jornal Nacional, que virou a nova Voz do Brasil sem nem ao menos ter o charme do **Guarani** na abertura. No afã de ser uma instituição brasileira - e confundindo instituição com governo - os jornais da Globo são equiparáveis, em carência, a qualquer folha do interior (com a diferença de que estas cumprem sua função). A Globo anda fazendo a pior TV do

mundo, pretenciosa e caipira, arrogante e desinformada. Parece que Walter Clarke faz falta.

Derey Gonçalves

Um dos raros sinais "críticos" (junto com Nelson Rodrigues de que existe teatro no Brasil, ela deu uma entrevista no programa da Hebe. Como sempre, sozinha. Derey é um espetáculo completo. Da alegria pula à irreverência e daí a anarquia. Junto com sua vitalidade, esse sentido agudo da passagem de um estado para outro parece ser uma das chaves de seu êxito. Ao contrário de Paulo Francis, Derey polemiza sem dar por isso a impressão de fazer denigração. Incomparável no improviso, conhece o momento de interromper uma fala que se torna arenga introduzindo um chiste inesperado, ou ainda de romper a empatia por uma grossura tenebrosa, que na verdade nada mais é do que o ponto de apoio para um novo equilíbrio. Dinamismo, eficácia, ritmo e inteligência: Derey é, em nosso teatro, o início e o fim de uma verdadeira arte popular e não há no setor de espetáculos quem não tenha o que aprender com ela. Derey está com 72 anos e promete chegar aos 100 - tempo de sobra pra ensinar a algumas gerações ainda aquilo que as escolas não ensinam e que os críticos não aprendem.



As condições de trabalho da mulher, novamente em discussão.

F/SP 8/3/80 p. 27

A luta da mulher em um novo encontro no Tuca

Um audiovisual sobre a participação da mulher na sociedade, mostrando os últimos movimentos, reivindicações, congressos e lutas de mulheres, abre, às 9 horas de hoje, o 2.º Congresso da Mulher Paulista, no Tuca, teatro da Pontifícia Universidade Católica (rua Monte Alegre, 1082). Pelo menos 3 mil mulheres e alguns homens vão discutir, em grupos de trabalho, hoje e amanhã, quatro itens básicos: "Discriminação enquanto Mulher", "Discriminação enquanto Mãe", "Discriminação enquanto Dona-de-Casa" e "Discriminação enquanto Trabalhadora Assalariada".

Para que todos os detalhes deste 2.º Congresso fossem bem cuidados 52 entidades de mulheres formadas por grupos feministas, femininos e núcleos sindicais e políticos, trabalharam ativamente desde fins de novembro. A coordenação esteve a cargo dos grupos que no ano passado organizaram o 1.º congresso no teatro Ruth Escobar (Frente Nacional de Trabalho, Associação de Mulheres, Nós Mulheres, Brasil Mulher, Centro da Mulher Brasileira, Casa de Cultura de Guarulhos e Oposição Sindical Sabesp/Cetesb).

Esses grupos dividiram-se em comissões de trabalho e entre outros problemas resolvidos arrecadaram fundos junto à periferia, onde foram realizados bazares, fizeram um show (esta semana) no Paulistano da Glória, com a presença de artistas. E também venderam adesivos e botões sobre a luta feminina além de receberem contribuições. A questão do transporte foi resolvida com a cessão de 22 ônibus, por empresas particulares, que trarão as mulheres dos bairros da periferia para o congresso. E as 10 creches, cedidas para as quase 600 crianças esperadas nos dois dias deste encontro, vão abrigar crianças na faixa de berçário, de 2 a 5 anos e de 6 a 9 anos. Para todas haverá



em organizar mulheres em torno de suas reivindicações, com a perspectiva de criar um amplo movimento de "libertação da mulher", aprofundar, através das discussões do temário, a consciência da mulher de seus problemas específicos, levantar bandeiras de lutas es-

pecíficas e unitárias e ampliar e aprofundar as já existentes. Além disso, o congresso pretende ser o mais representativo possível das mulheres que sofrem a dupla opressão enquanto sexo e enquanto classes exploradas.

Amanhã, depois da palavra de algumas mulheres presentes à mesa, o 2.º Congresso mostrará o áudio-visual feito pelo Grupo Espaço Novo. Em seguida, Cida Kopak, da Associação das Donas de Casa dá um depoimento sobre trabalho doméstico. Ainda antes do almoço (um lanche distribuído gratuitamente), o grupo de teatro "Debate do ABC" faz uma dramatização chamada "A Galoia", de responsabilidade de José Luis e Julian, a respeito do tema "Discriminação enquanto Mãe e Profissional".

Depois de novos informes, o Grupo de Teatro Maculmalma, baseado no tema "Discriminação Enquanto Mulher", fará outra dramatização, seguida da divisão das mulheres presentes em grupos de trabalho (de 25 a 30 mulheres). Durante duas horas e meia serão discutidos os itens: "Discriminação enquanto Mulher, Mãe e Trabalhadora", para tirar um rela-

Ciências Naturais - Medicina

As causas infecciosas da deficiência mental

Aron J. Diamant

Est. 81 9/3/80

Entre as inúmeras causas da deficiência mental em recém-nascidos, as doenças infecciosas contraídas pela gestante são as mais fáceis de detectar e, em certos casos, prevenir. Essas doenças e as medidas a serem tomadas são apresentadas neste artigo.

Desde a publicação pioneira de N. Gregg, em 1941, que verificou a relação entre rubéola incidindo nos 3 primeiros meses da gestação e a ocorrência de malformações, numerosos passaram a ser os trabalhos sobre embriopatias ou fetopatias e suas relações com as infecções durante a gestação.

Antes, entretanto, se faz mister definir certos termos quando se aborda as causas pré-natais da DM. Assim, *malformação* ou *má-formação* (MF) é o termo utilizado para indicar as lesões que interferem com a ontogênese. Num sentido mais amplo, abrangeria todo e qualquer processo infeccioso, tóxico, metabólico, químico ou outros - que, atuando na embriogênese ou na fetogênese - capaz de produzir anomalias ou "paradas" do desenvolvimento. Além disso, uma série de condições geneticamente determinadas (não necessariamente hereditárias) pode também determinar más-formações. Aqui cumpre ressaltar que, em relação ao sistema nervoso central (SNC), ou periférico (SNP), existem certos momentos de seu desenvolvimento que são "chaves" ou "críticos". Sabendo como se processa normalmente esse desenvolvimento, poderemos extrapolar quando um determinado agente nocivo agiu, pelas alterações resultantes. É interessante lembrar que a mesma etiologia, agindo em momentos diferentes, como veremos adiante, pode produzir quadros malformativos diferentes, assim como diferentes etiologias, agindo no mesmo momento "crítico", podem produzir quadros semelhantes na sua manifestação clínica, quanto às más-formações. Mas, nem sempre será possível determinar o momento exato em que um fator atuou na evolução do zigoto. Embora se discuta até quando vai a fase embrionária, parece consenso da maioria dos autores admitir que aquela fase termina quando surge a placenta (em torno do 3º mês de gestação). Assim se um fator atuar nesse momento, teremos uma *embriopatia*. Se o fator atuar depois teremos uma *fetopatia*. Como veremos adiante, mesmo os fatores infecciosos podem atuar no período anterior à formação do embrião e determinar um efeito abortivo.

Esclarecidos alguns problemas de terminologia, o nosso intuito é abordar as questões relativas à profilaxia dessas causas infecciosas no período gestacional. Tentaremos mostrar as medidas a se tomar frente a uma suspeita de contágio ou de manifestação de determinadas moléstias infecciosas e o papel que certas provas laboratoriais podem desempenhar, não somente no sentido da profilaxia, como também, na própria indicação das medidas a serem tomadas.

Rubéola: Dois fatos fundamentais foram esclarecidos na etiopatogênese dessa virose:

1º - apesar de ocorrer principalmente, em crianças, da idade escolar, apresenta uma porcentagem significativa (de até cinco a 20%) em adultos jovens (entre 15 e 35 anos de idade), podendo portanto ocorrer em mulheres grávidas;

2º - a transmissão do vírus da rubéola é inter-humana (não há reservatórios animais) e se processa pelas secreções nasofaríngeas, podendo estar presentes em portadores aparentemente sãos ou com infecções subclínicas e daí se processar a transmissão para mulheres eventualmente grávidas. Outro fato bem estabelecido é que, mesmo que uma mulher grávida adquira rubéola nas primeiras oito a 12 semanas, nem sempre ocorrerá a rubéola congênita no concepto. Assim, segundo Alford, as seguintes eventualidades podem ocorrer perante uma infecção rubeolosa numa mulher grávida; a) infecção do concepto; b) reabsorção do embrião (somente nos primeiros estágios da gestação); c) aborto espontâneo; d) natimorto; e) infecção da placenta sem envolvimento fetal; f) infecção de ambos, placenta e feto. Parece bem estabelecido que quanto mais cedo, durante a gestação, incidir a rubéola, maior a porcentagem de embriões atingidos: assim, se incidir até a 8ª semana de gestação, ocorrerá 85% de infecção placentária, com 50% de atingi-

Quadro I			
Principais características diferenciais entre as encefalopatias rubeolosa, toxoplásmica e citomegálica ^{3,8,11}			
Moléstia Características	Encefalopatia rubeolosa	Toxoplasmose congênita	Citomegalovirose congênita
Alterações do tamanho do crânio	Microcefalia	Microcefalia hidrocefalia + frequentemente	Microcefalia
Calcificações intracranianas	Ausentes	Presentes	Presentes
Microftalmia	Relativamente freqüente	Bastante freqüente	Ausente
Catarata	Muito freqüente	Relativamente rara	Ausente
Alterações fundoscópicas	Pseudo-retinite pigmentar	Cório-retinite pigmentar freqüente	Cório-retinite pigmentar freqüente
Surdo-mudez	Muito freqüente	Ausente	Presente
Alterações cardíacas	Freqüentes	Ausentes	Ausentes
Outras alterações viscerais	Ausentes	Ausentes	Hepatosplenomegalia (icterícia neonatal)
Retardo mental	Presente	Presente	Presente

Tabela I				
Incidência de lues congênita ou não e mortes neonatais em gestantes luéticas não tratadas e em gestantes normais (seg. Fiumara & col. In Ingall & col. ⁹)				
Tipos de gestantes	Lues Congênita	Morte neonatal	RN prematuro	RN normal
Luéticas não tratadas				
Com lues primária ou secundária	50%		50	0%
Com lues latente precoce	40%	20%	20%	20%
Com lues tardia	10%	11%	9%	70%
Normais	0%	1%	8%	91%

mento embrionário; após a 8ª e 10ª semanas, a infecção placentária ocorre em apenas 30% e, a fetal, em 5 a 10%.

Em crianças estudadas sorologicamente, nascidas de mães que tiveram rubéola durante a gestação, verificou-se o seguinte: infecção embrionária em 54% nas primeiras oito semanas, decaindo para 34% entre a 9ª e 12ª semanas e, finalmente, menos de 10% entre a 13ª e 24ª semanas; após a 24ª semana (ou 6ª mês) raramente ocorrerá infecção crônica do feto. Outro ponto importante, que veio revolucionar o que se conhecia a respeito do vírus da rubéola, é o conhecimento de que pode agir "lentamente". Ele permanece nos órgãos do organismo infectado por semanas ou meses. Mesmo assim, a relação entre o efeito do vírus e o surgimento de acometimentos de variada intensidade no conceito ainda está em discussão. Porém, um fato é verdadeiro: quanto mais jovem o conceito há maior tendência para o acometimento de múlti-

plos órgãos. Parece certo que o vírus da rubéola tem afinidade especial por tecidos jovens, lesando, de preferência, os órgãos da visão, audição, aparelho circulatório e sistema nervoso. O clássico quadro da Encefalopatia congênita rubeolosa está no Quadro I, que apresenta também seu diagnóstico diferencial com as encefalopatias por toxoplasmose e citomegalovirose.

Recentemente, descreveu-se a eliminação do vírus da rubéola, tanto pela mãe, como pelo recém-nascido, por semanas ou mesmo meses, após a infecção. Já se descreveu o isolamento desse vírus de cristalino do olho de crianças com rubéola congênita um ano após o nascimento. Quando a infecção materna ocorre durante o final do 2º mês de gestação ou no 3º mês, a maior possibilidade é que não se manifeste o clássico quadro da encefalopatia rubeolosa, mas será grande a probabilidade de aparecimento de surdez ou vários tipos de disacusias (perturbações auditivas que não levam à surdez completa, e sim a alterações na quantidade e qualidade da audição para diferentes sons). Parece que, atualmente, se reconhece que os distúrbios auditivos são muito mais comuns do que se pensava, como produto da infecção rubeolosa, sendo que seu diagnóstico é quase sempre tardio.

Citomegalovírus — também chamado vírus da inclusão citomégálica (cito = célula; megalos = grande), por incidir em células da saliva, urina, ou líquido cefalorraqueano que se tornam gigantes, tendo dentro de si as inclusões características do vírus. Não se conhecem todos os fatos relativos à epidemiologia do citomegalovírus (CMV), mas parece que é uma infecção muito difundida, principalmente na infância. Como para os poliovírus, também se verificou que a maioria dos indivíduos infectados não apresenta sintomatologia, podendo, entretanto, ser portadores e disseminadores do vírus. Já se encontrou tal vírus na saliva de adolescentes (transmissão pelo beijo?) e inquéritos sorológicos em populações mostraram "pico" de incidência na puberdade, sugerindo transmissão venérea (embora não seja moléstia venérea). Como para a rubéola, também para o CMV se verificou a persistência do vírus no sangue e urina por meses e até anos, após a primo-infecção. Condições como gestação, uso de drogas imunossupressoras podem reativar o vírus, embora possa não ocorrer manifestações clínicas. Demonstrou-se que o CMV é mais freqüente em primíparas e nas grávidas jovens (vírus isolados de muco cervical, seg. Medearis). Atualmente, reconhece-se que o CMV é muito mais disseminado que o da rubéola e que seria o vírus que mais MF causaria na espécie humana.

O quadro clássico da encefalopatia por CMV está no Quadro I. Entretanto, parece que somente 5% dos conceptos infectados durante a gestação o apresentariam, enquanto as restantes 95% das crianças afetadas intra-útero, apresentariam alterações que só iriam manifestar-se mais tardiamente. É necessário, entretanto, maior número de estudos prospectivos para se estabelecerem esses fatos.

Sabe-se que a maioria das mães infectadas, mesmo excretando o vírus durante a gravidez, dão à luz a crianças sãs, infectadas ou não; porém tais RN costumam ser de baixo peso, ficando patente que de forma indireta, a infecção sistêmica da mãe ou da sua placenta interfere no crescimento fetal. Parece certo também que o estado imunitário da mãe e do feto é a época em que a infecção incide durante a gestação são fatores determinantes ou não das manifestações clínicas variadas que o CMV pode causar; é certo que quanto mais jovem o feto, maior suscetibilidade ao CMV, como na rubéola. Os quadros clínicos podem variar desde o clássico quadro do CMV congênito (vide quadro I) até crianças sãs. Dentre os quadros de maior gravidade já foram descritos processos destrutivos graves para o lado do SNC, como a hidranencefalia (isto é, o acúmulo do líquido cefalorraqueano em cabeça aparentemente macrocefálica, com destruição e desaparecimento da maior parte do cérebro). E, atualmente, está-se verificando que, crianças nascidas aparentemente normais, de mães que excretavam o vírus desde o 2º trimestre da gravidez, e com placentas infectadas, apresentam-se

normais em segmentos evolutivos, enquanto outras, nas mesmas condições, apresentavam-se com anomalias do desenvolvimento neuropsicomotor.

Variola: Trabalhos antigos, de 1917, já referiam que a varíola, ao acometer mulheres grávidas, causava maior mortalidade nas gestantes (em comparação com a da população normal) assim como maior porcentagem de abortos. É certo que tal perigo atualmente, com a vacinação em massa, foi praticamente erradicado na maior parte dos países, mas ainda resta, parece, em alguns países asiáticos o perigo da infecção variólica. Assim, é bom recordar as seguintes eventualidades que podem ocorrer caso uma gestante tenha varíola:

a) a criança nasce viva, indene à infecção e sem imunidade;

b) a criança nasce viva, indene à infecção, mas imunizada passiva e temporariamente;

c) ao nascer, a criança está contaminada, mas ainda em período de incubação, surgindo varíola alguns dias depois;

d) a criança nasce com a erupção variolosa;

e) a evolução da varíola se completa durante a vida intra-uterina e a criança nasce com cicatrizes;

f) morte fetal;

g) a criança nasce viva, mas com hidrocefalia, às vezes com retardo mental conseqüente; tal eventualidade foi descrita não muito tempo atrás, em nosso meio por Almeida.

Herpes vírus hominis: O tipo 2, causador de herpes vaginal, parece ter comprovado sua passagem pela placenta e podendo causar infecção intra-uterina; esfregaços feitos de colo uterino mostraram ser o herpes vaginal três vezes mais freqüente na mulher gestante. Poucos casos foram até agora descritos com infecção intra-uterina: 2 sofreram encefalite fatal logo após o nascimento e morreram; em 3 outros se descreveu microcefalia, DM, alterações oculares (displasia retiniana ou coriorretinite) e, em dois, calcificações intracranianas. Um outro caso semelhante foi descrito, nascendo com vesículas herpéticas e das quais se isolou o tipo 1 do líquido cefalorraqueano e da urina; também apresentava microcefalia e calcificações intracranianas. Mais importante que a infecção pré-natal é a infecção perinatal, durante o nascimento, quando o recém-nascido pode adquirir a infecção herpética da mãe.

Outras viroses: Pouco conhecemos sobre a ação de outras viroses e sua ação no período gestacional ou mesmo pré-concepcional. Verificou-se, por exemplo, quando da epidemia de "gripe asiática", uma incidência duas a 4 vezes maior de defeitos congênitos em fetos, quando ela incidiu em mulheres grávidas. Esses dados foram obtidos comparativamente a grupos-controle. A maior parte das alterações era atinente ao SNC e o maior risco foi também no 1º trimestre da gravidez.

Além do vírus da rubéola, do CMV, da varíola, do herpes simples e do vírus da "gripe asiática", outros vírus foram apontados como causadores de embrio ou fetopatias, como os vírus do sarampo, da parotidite epidêmica (ou caxumba), da varicela (ou catapora), da hepatite, da poliomielite, da psitacose, da raiva, da influenza e da vacina, ainda que em menor número e grau que os da rubéola. Porém, são estudos incipientes e que merecem ampliação, para se chegar a uma conclusão definitiva.

Toxoplasmose: O protozoário *Toxoplasma gondii*, descoberto em 1908, no Brasil, por Splendore infectando coelhos, é suscetível de provocar infecções congênitas na espécie humana. Atravessa a placenta, provocando inúmeras lesões, como o provou experimentalmente (em animais) Delascio em nosso meio. A infestação pelo *Toxoplasma* é muito difundida mundialmente, sendo baixa sua freqüência em crianças de seis meses e dois anos, sofrendo, a partir dessa idade, aumento gradativo, culminando em índices altos de incidência (de até 85%) em adultos. Em nosso meio, Baruzzi (1976) revelou a positividade da chamada prova do corante (ou reação de Sabin-Feldman) em 56% de 2.023 jovens. É difícil estabelecer a incidência em mulheres gestantes, mas, em países onde esse estudo foi efetuado, provou-se que 0,3 a 0,7% das mulheres da população geral adquirem toxoplasmose durante a gestação. Na França, somente 15% das mulheres chegam à idade da procriação suscetíveis para a Toxoplasmose. O mesmo se repete, mais ou menos, em outros países e isto talvez explique, felizmente, a baixa incidência da Toxoplasmose congênita. Mas em países como nos Estados Unidos da América do Norte (EUA), 70% das mulheres chegam à idade de procriar sem ter anticorpos antitoxoplasma. A incidência da Toxoplasmose congênita é praticamente desconhecida na maior parte do mundo. Nos EUA, dentro do "Projeto Colaborativo", dosaram-se anticorpos antitoxoplasmose em 23.000 mulheres grávidas. Encontrou-se a Toxoplasmose Congênita (TC) em apenas cinco casos, com aspectos bem definidos. Na França, em um estudo prospectivo sobre a incidência da Toxoplasmose analisou-se sorologicamente 30.000 mulheres gestantes em diferentes estágios e verificou-se que apenas 180 adquiriram a moléstia durante a gestação, sendo que somente 35% contaminaram seus conceptos. Desses recém-nascidos contaminados, 72% tiveram infecção clinicamente inaparente. Segundo esses autores (Desmonts & col.) a incidência de TC na França deve ser de 1:1.000 RN vivos.

O modo de transmissão da Toxoplasmose é ainda controverso, embora se saiba que vários animais, inclusive domésticos, são reservatórios, tais como: pombos, galinhas, ratos, porcos, coelhos e gatos. Parece que os gatos estão entre os principais transmissores em situações domésticas. No campo, o maior transmissor parece ser o coelho. Um único gato permanece infectante por quase duas semanas, raramente chegando a um mês. Ovos e carnes crus também são elementos transmissores, além do leite, também cru.

A via transplacentária de transmissão da TC está bem determinada. Conceituava-se que uma mulher gestante só contaminaria o feto na fase aguda da moléstia, isto é, se ela adquirisse a Toxoplasmose durante a gestação atual. Atualmente, admite-se a possibilidade de TC no feto de uma gestação subsequente, explicando-se tal fato pela permanência de cistos no endométrio, após resolução da fase aguda.

O quadro clássico da TC está no Quadro I. Entretanto, dependendo da época da gestação em que a gestante adquire a toxoplasmose e segundo estatísticas de vários países, aventam-se as seguintes hipóteses quanto à ação do *Toxoplasma* no concepto: possibilidade de mal formações; possibilidade de abortos quando incide precocemente; lesões de menor gravidade quando incide no 3º trimestre da gestação; possibilidade de, mesmo nesta fase, poder ocorrer formas septicêmicas maciças que, frequentemente, levam a óbito no primeiro mês de vida extra-uterina.

Sífilis: Também chamada lues, é causada por um espiroqueta — o *Treponema pallidum*. Durante anos, no passado, se falava em “sífilis hereditária”. É uma expressão que permaneceu e até agora ainda é empregada entre a população “leiga”. Deve ser inteiramente abandonada, pois tal condição não existe. O que existiu sempre, e ainda agora está aumentando em incidência, é a lues ou sífilis congênita, adquirida durante a gestação. Da década de 60 para cá houve não só um aumento da incidência da sífilis em geral, como também da lues congênita. A explicação para esse aumento parece estar condicionada ao advento da “pílula” e à conseqüente maior liberdade sexual entre os jovens, a partir da década de 60. Nos EUA esta incidência foi de 100% a mais, comparando-se os anos de 1960 e 1969. Entre 1973 e 1974, houve nesse país 1.334 casos de sífilis, 23% dos quais abaixo de um ano de idade. No Brasil não há estudos sobre esta incidência e, principalmente, sobre a de lues congênita (LC).

A transmissão do *Treponema* através da placenta parece só ocorrer a partir do 4º mês da gestação, porque antes desse período as células de Langhans da membrana celular das vilosidades coriais da placenta não permitem esta passagem. Esta camada começa a se atrofiar no 4º mês e atinge seu máximo no 6º mês, época do maior risco de contaminação para o feto. A probabilidade de ocorrer infecção fetal depende do estágio em que se encontra a moléstia materna e do eventual tratamento prévio que ela possa ter sofrido. Observa-se que quanto mais

antiga é a doença adquirida pela mãe maior a imunidade conferida e, portanto, maior proteção conferida ao feto. Conseqüentemente, na gestante luética não tratada, o risco de abortos e de dar à luz natimortos ou RN severamente comprometidos é tanto menor quanto mais antiga for a contaminação.

A tabela 1 reproduzida de Fiumara & col. mostra essa verificação, com dados estatísticos convincentes. Se a gestante sofrer um tratamento eficaz até o 4º mês de gravidez, pode-se prevenir a infecção fetal. Tratamentos mais tardios poderão levar à cura da infecção congênita ou, pelo menos, parar sua evolução. A infecção luética congênita também é muito variável nas suas manifestações clínicas, podendo ocorrer as seguintes eventualidades:

- a) abortos tardios;
- b) natimortos;
- c) prematuridade e baixo peso;
- d) em casos menos severos o RN pode nascer assintomático, vindo a desenvolver manifestações clínicas em uma a duas semanas ou, mais tardiamente, após dois anos de idade. Daí, a divisão do quadro clássico da lues congênita (LC) em dois tipos: LC precoce e LC tardia.

A LC precoce também reconhece quadros de gravidade variável, sendo a forma mais severa a chamada “forma maior” (septicemia maciça), ocorrendo associadamente com hepatite, discrasias sangüíneas, pneumonite, comprometimento renal e meningite aguda, em geral do tipo hemorrágico. Esta forma evolui para óbito, na maioria das vezes, mesmo sob tratamento adequado. A referida meningite luética reconhece duas formas: a aguda grave e a simplesmente aguda. Juntamente com essas meningites podem ocorrer convulsões, sinais focais ou sinais de sofrimento cerebral difuso. Quando sobrevive, a criança apresentará, ao fim do 1º ano de vida, as seqüelas desse processo: variados distúrbios motores e/ou hidrocefalia, com ou sem aderências meningocorticais. Ao lado dessas manifestações para o lado das meninges e SNC ocorrem manifestações oculares (coriorretinites, atrofia óptica), ósseas (pseudoparalisia de Parrot) e cutâneo-mucosas (lesões máculo-papulosas, vesiculares ou vesículo-bolhosas; nesse caso teremos o chamado pênfigo sífilítico).

A lues congênita tardia se manifesta por 2 tipos de manifestações:

- a) os estigmas — que são manifestações clínicas protraídas resultantes da fase ativa da moléstia, bem como cicatrizes e seqüelas: deformidades dentárias (dentes de Hutchinson — ou serreados), da face, do nariz (o famoso “nariz em sela” dos luéticos antigos, mas que pode aparecer em outras condições), do palato, ósteo-articulares, lesões cutâneas e do SNC;

- b) lesões por *hipersensibilidade tardia*, não dependentes do processo inflamatório, mas sim de hipersensibilidade de dados tecidos à infecção sistêmica: queratite intersticial, surdez neuro-sensorial e um tipo particular de juntas conhecidas como juntas de Clurton. A clássica descrição de Hutchinson (de 1858), da tríade sintomática, ainda se reveste de atualidade sendo patognomônica de LC tardia: dentes serreados, queratite intersticial e surdez neuro-sensorial.

Vistas assim as principais causas das moléstias infecciosas no período pré-natal, vem a pergunta — que fazer para evitar todas essas complicações? Primeiramente, um adequado *exame pré-nupcial* e que deve incluir não somente as clássicas reações para lues, como também as das seguintes moléstias: rubéola, citomegalovírus, toxoplasmose, herpes simples, listeriose e brucelose. Esses exames poderão também ser efetuados por ocasião do *exame pré-natal*. Outros cuidados profiláticos serão: evitar contatos com pessoas sabidamente com rubéola ou com processos infecciosos não esclarecidos, principalmente crianças. Antes de haver a imunização por meio de vacinação contra a rubéola, recomendava-se que toda menina ou moça deveria expor-se e inclusive conviver com pessoa afetada por rubéola para adquirir a imunidade natural, que parece ser a mais efetiva. Na Inglaterra, até há pouco tempo, ainda se formavam os “clubes de rubéola”. Se uma pessoa, no bairro ou localidade, adquiria rubéola ela era isolada nesses “clubes”, juntamente com outras meninas ou moças, para que estas também se contagiassem. Atualmente, vacina-se toda criança contra a rubéola. Pode-se, numa adolescente ou moça casadoura, que não se recorda se teve ou não rubéola, se proceder à reação de hemaglutinação para esta moléstia e verificar se já teve contágio ou alguma forma subclínica dessa moléstia. A presença de anticorpos é praticamente um “seguro” contra alguma embrio ou fetopatia. Se não teve, pode-se vaciná-la.

Quanto à citolegalovirose e ao herpes vírus, não há vacinas disponíveis.

O que fazer se uma gestante tem contato ou adquire rubéola ou algum quadro semelhante (febre, eritema) nos primeiros meses de gestação? Deve-se proceder imediatamente à reação de inibição da hemaglutinação antes e após tratamento do soro pelo 2-mercaptoetanol, que poderá revelar a presença de anticorpos IgM, e se houver entre as duas reações uma diferença de quatro diluições; nesse caso, não haverá necessidade de repetir nova reação 15 a 20 dias após. Se, entretanto, não se revelar a presença de anticorpos IgM, deve-se proceder, em 15 dias, à nova reação de hemaglutinação e se houver títulos ascendentes, mesmo que não se encontrem evidências de anticorpos IgM, é sinal de infecção adquirida recentemente. Nesses casos se coloca o problema da continuidade ou não da gestação. E, esse é um problema que envolve conotações de ordem moral, religiosa, judicial e outras. Naturalmente, em países em que isto já é encarado de modo científico, tais tipos de indicação de aborto já são legalizados. Em nosso meio, há necessidade de mudar a legislação pertinente, pois, cada encefalopata que nasce é uma carga não só para a família, como também representa custos para a Nação. A decisão do processo de aborto terapêutico fica a cargo do casal, naturalmente. A imunização passiva, com largas doses de gama-globulina, é uma medida que se poderia aventar, como alternativa, profilática. Porém, sua ação é ainda duvidosa. A vacinação anti-rubeólica seria outra alter-

nativa, já que conduz a 95% de conversão sorológica. No entanto, a resposta de anticorpos que se segue a essa vacinação é menor que a natural qualitativa e quantitativa. A porcentagem de reinfecção natural é de um a 3% da população em geral. Isto é, uma pessoa, que já teve rubéola, poderá ter perda da imunidade, e poderá infectar-se outra vez, porém de forma silenciosa e acompanhada de pequena replicação viral. Na infecção pela vacina de vírus vivo, essa porcentagem é desconhecida, mas seguramente maior que entre indivíduos infectados naturalmente. Não se sabe se uma reinfecção leva ou não a uma infecção fetal. *A aplicação da vacina em mulheres grávidas ainda não está liberada.* Teoricamente, seria capaz de levar a mal formações. Não há profilaxia conhecida para o CMV. O essencial é saber se a mulher já teve ou não infecção. Daí dever-se processar a reação de fixação de complemento ou a de hemaglutinação.

Para a Toxoplasmose congênita, o ideal é saber se toda gestante já teve ou não contato. Se a prova — qualquer que seja a utilizada — der positiva, praticamente significa que a mulher tem anticorpos que protegerão o feto. As reações mais empregadas hoje são as da imunofluorescência, com conjugados que revelam anticorpos IgG e IgM antitoxoplasmose, o que permite saber se uma infecção toxoplásmica é recente ou não. Assim, no caso de gestantes ainda não infectadas e que adquirem a toxoplasmose durante a gestação podem ocorrer duas eventualidades:

1ª — a demonstração, pela imuno-

fluorescência, de anticorpos IgM e, portanto, provando que a moléstia é de aquisição recente;

2ª a não demonstração de anticorpos IgM e sim, somente de anticorpos IgG; se esses forem muito altos, e após 15 dias, na repetição, continuarem subindo ou descendo, para muitos também significará infecção recente e que deverá ser tratada.

Ainda, para a profilaxia da TC, a gestante deverá evitar todo contacto com animais domésticos, animais de criação (em sítios e fazendas) e evitar comer ovos ou carnes cruas ou beber leite cru.

Quanto à sífilis, o meio já consagrado é a utilização das reações sorológicas de Wassermann e VDRL com antígenos não treponêmicos e a reação de FTA-ABS (Fluorescent Treponema Antibody-Absorption). A reação do VDRL (Venereal Disease Research Laboratory) poderá servir de exame de seleção. Quanto à reação de Wassermann, só as técnicas tipo Wasdworth, Maltaner & Maltener (com determinação de títulos de anticorpos) é que se prestam para seguimento do tratamento. Já as reações tipo FTA-ABS servem para diagnóstico de certeza, porém, não para acompanhamento de tratamento, pois permanecem positivas o resto da vida. A reação do FTA-ABS pode ser feita com conjugado anti-IgG e anti-IgM, e é do RN (ou no sangue de cordão umbilical) que a reação FTA-ABS anti-IgM adquire enorme importância para significar infecção recente, pois o anticorpo tipo IgM não ultrapassa a barreira placentária e quando presente indica lues fetal por ser produzido pelo feto. Nas gestantes com

história de lues progressa e que não informam bem quanto às condições de tratamento anterior ou se a gestante continuar soro-positiva, em altos títulos de ver-se-á proceder ao tratamento.

Outra maneira de se detectar se uma criança adquiriu ou não infecção intra-uterina, pois várias delas poderão passar despercebidas, é a dosagem de imunoglobulinas IgM em sangue de cordão umbilical ou nos dois-três primeiros dias de vida do RN. Sabendo-se que o feto produz globulinas tipo IgM com nove semanas de vida e os com IgA aparecem em fetos de 11 e meia semanas. O feto produz pouca globulina tipo IgG, recebendo a maior parte via transplacentária, enquanto as duas outras globulinas — IgM e IgA — não atravessam a barreira placentária.

Portanto, se um feto foi infectado durante a gestação, ele produzirá globulinas IgM. E a dosagem dessas globulinas no sangue de cordão umbilical indicará se houve infecção. O ideal seria saber qual a suspeita do tipo de infecção que a mãe teve e dosar globulinas IgM específicas para aquela infecção, por exemplo, a sífilis e a toxoplasmose. A técnica atual, *mais barata*, de dosar a globulina IgM é a dupla difusão em gel de ágar, que parece reproduzir os resultados da imunodifusão radial (técnica mais cara). Se a dosagem de IgM estiver acima de 20 mg% (no cordão umbilical) o feto se torna altamente suspeito de ter sofrido alguma infecção intra-uterina. Tal técnica, em vista de ser barata, pode ser utilizada com teste de seleção em massa, em berçários.

Feminismo

Influências da telenovela F10P 9/12/80 P 53

IREDE A. CARDOSO

Será que a telenovela é absolutamente inofensiva? Especialmente com relação às mulheres, estará ela passando "recados" capciosamente, infiltrando-se nas mentes menos avisadas e incorporando-se a comportamentos danosos, ao importante papel que a mulher deve desempenhar na sociedade, como cidadã? Essa questão está interessando fortemente as pesquisadoras Ana Maria Brasileiro e Maria Thereza L. de Souza Lobo, em fase final de trabalho chamado "Assimetria Sexual e Telenovela".

Elas consideram que a dominação do homem sobre a mulher tem sido questionada, dado o desenvolvimento das forças produtivas que permitiu o nascimento de uma consciência mais crítica do papel da mulher na sociedade. Mas, tal reação não caminhará sem batalhas, sem barreiras, pois o dominador sempre luta para manter seus privilégios. Qualquer um consideraria excelente, sem pensar no quanto está explorando o "outro", ter uma amável submissa esposa (até as mulheres...) que servisse a comida, lavasse a roupa etc., e ainda trouxesse uma "ajuda" econômica, não? Mas, sabemos nós que isso é injusto e deve terminar.

O homem, ao lutar para a manutenção desses privilégios, está tendo um comportamento machista, o qual incorporou graças à ação eficaz da ideologia que se espalha pelos meios de comunicação, escolas, família etc.

A televisão, segundo essas pesquisadoras, tem sido vista como canal privilegiado de transmissão ideológica. Por outro lado, tem sido vista também como fator de mudança, a partir da difusão de conhecimentos a vasta parcela da população. No caso brasileiro, a telenovela tem sido extremamente importante, recebe altos investimentos e elevadas taxas de retorno. Observa-se, pois, que este tipo de programação é um campo fértil para a propagação e manutenção da ideologia de dominação sexual.

É necessário observar que a ideologia da qual falamos deve ser entendida como um conjunto de valores que absorvemos sem crítica e que pensamos ser "naturais". Não se trata,

portanto, de julgar o homem ou a mulher "culpados" por isso. Trata-se, isto sim, de chamar a atenção para determinados fatos que estão impedindo o relacionamento harmônico entre o homem e a mulher. Sabemos que não existe amor quando há dominador e dominado. A relação amorosa tem que ser de igualdade e respeito.

Dessa forma, é crucial que homens e mulheres passem a ver a telenovela com novos olhos, percebendo criticamente quais os papéis que estão sendo reservados à mulher e ao homem, para discussão crítica do que vem sendo transmitido, em grande escala, à população brasileira. Sabemos que a criança, seja menino ou menina, assiste essas telenovelas ao lado dos adultos. Geralmente, bebe-se a narrativa, devora-se a imagem em silêncio ou fazem-se comentários sobre questões superficiais. Resultado: os valores ali colocados podem passar e mais que frequentemente passam, a incorporar os comportamentos e valores dos telespectadores mirins.

A hipótese dessas duas estudiosas é de que a telenovela funciona como instrumento de perpetuação de papéis tradicionais da mulher, em termos de trabalho, família, sexo, autoridade, participação política, religião e educação nas escolas. É possível, entretanto, que tais papéis apareçam, na telenovela — acrescentam — com um certo grau de modernização, mais sofisticado, mas sempre limitados pelo sistema ideológico reinante. Nesse sentido, o que poderia parecer inovador, sempre cai no velho e em nada contribui para a transformação da sociedade. É preciso também assinalar as limitações impostas pela censura que, estupidamente, impõe moralismos superficiais (proibição de blusas transparentes etc.) mas permite que conteúdos alienantes, de qualquer forma sempre graves, passem a fazer parte do cotidiano da telenovela. Outra limitação que existe e que o telespectador pode observar: a questão comercial, a estimulação do consumo, como foi o caso de "Dancing Days", aproveitando a onda (já ultrapassada, felizmente) das discotecas. Na telenovela, tudo é muito adocicado, maquiado. Será assim, na vida cotidiana?



Três mil mulheres participaram dos debates no 2.º Congresso da Mulher, no PUC

Mulheres fazem o 2.º congresso

DENISE NATALE

Mulheres vindas da periferia em 22 ônibus fretados, estudantes, donas de casa, profissionais das mais diversas áreas começaram a congestionar, bem cedo neste sábado, a área em torno da Pontifícia Universidade Católica. Também era cedo quando representantes de movimentos sindicais ou grupos políticos escolheram um bom lugar ao ar livre, em frente ao Tuca, para ajeitarem seus panfletos, livros, cartazes relativos ao tema mulher, que seriam vendidos e distribuídos durante todo o dia.

Pela segunda vez consecutiva, as mulheres paulistas se reuniram num congresso, que este ano contou com a participação de cerca de três mil mulheres, mais que o triplo do ano passado (800). A idéia básica foi a de comemorar o Dia Internacional da Mulher e discutir e aprofundar temas relativos à discriminação que elas sofrem na sociedade.

Mas o congresso marcado para às 9 horas da manhã só teve início depois das 10. Antes, as mães tiveram que preencher uma ficha com dados de seus filhos e inscrevê-los em uma das dez creches, como a do Colégio São Domingos, Criarte, da própria PUC, que no total acabou juntando 600 crianças, além de lhes dar refeição e programar passeios.

Algumas mães, como Júlia de Souza, de São Miguel Paulista, trouxeram seus filhos por não ter onde deixá-los. E houve até casos como o de dona Joana, da Sociedade Amigos do Jardim Dracena, que além de seus dois filhos, levou também um amiguinho deles "porque sua mãe estava doente e ele não tinha com quem ficar", aumentando ainda mais as dificuldades para acomodar a todos.

Vários manifestos foram lançados, distribuídos de mão em mão, já que os grupos presentes entre os 52 que organizaram o congresso, não tiveram a palavra este ano no plenário. O Movimento Feminino pela Anistia pediu a imediata libertação de Flávia Schilling" e reafirmou a "necessidade da organização de todas as mulheres na luta pela convocação de uma Assembleia Constituinte, livre e soberana, que venha elaborar um novo pacto social". Sete entidades, personalidades e políticos entre a deputada Irma Passoni e os deputados Eduardo Suplicy, Matarazzo e Fernando Morais, assinaram o manifesto a favor das prostitutas, pedindo um sistema de atendimento médico, psicológico e jurídico, assim como a reflexão sobre o problema, sua divulgação e a denúncia de novas violências.

JUSTIÇA

A comissão de Presos Políticos Mortos e Desaparecidos, do Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo, trouxe seu apoio ao congresso, lembrando as 35 mulheres que nesses 15 anos foram mortas ou estão desaparecidas. O PMDB distribuiu folheto onde incorpora ao seu programa de lutas, os justos anseios das mulheres. A Ação Lésbico-Feminista do Grupo Somos, Nós Mulheres, Pró-Mulher, Centro Jurídico XI de Agosto lançaram manifesto pedindo justiça para mulheres violentadas, dizendo: "o sistema machista e corrupto não protege a mulher. A lei protege o estupro. Mulheres de 6 a 60 anos são consideradas sedutoras, perversas e imorais, sem o menor direito ao respeito dos homens. Quando isso vai acabar?"

Grupos homossexuais também estiveram presentes com seu manifesto e houve até mesmo panfleto do Movimento Contra a Mudança da Capital, convocando para uma manifestação coletiva na Assembleia Legislativa.

Este ano, o Congresso foi aberto com uma homenagem à brasileira, Flávia Shilling, presa há 7 anos em Punta Riales, no Uruguai, com leitura de uma carta do Comitê Brasileiro pela Anistia que se refere às torturas que ela sofreu e à situação em que se encontra atualmente. Em nome do 2.º Congresso da Mulher Paulista, será enviada uma carta a Flávia, com os seguintes dizeres:

"Nós, três mil participantes do 2.º Congresso da Mulher Paulista, reunidas nos dias 8 e 9 de março de 1980, homenageamos a dignidade com que você, Flávia, enfrentou as piores torturas físicas e morais e, principalmente, a força criadora com que, mesmo prisioneira, tem forjado seu destino: com a coragem daqueles que têm força interior e com a sabedoria dos que perderam as ilusões, mas não o ideal de construir um mundo melhor. Desolamos que sua inteligência, sua capacidade de liderança e espírito de luta, confinados há 7 anos, possam realizar-se, breve, através de sua condição de cidadã e mulher livre. E lutaremos para que você esteja junto a nós o mais breve possível."

Em seguida, houve a projeção de um audiovisual sobre a luta da mulher no Brasil nos últimos tempos, criticado por ser amplo demais e pouco falar da luta específica da mulher. Depois, o Grupo de Teatro do ABC apresentou uma peça resumida demais com apenas 30 minutos, "A Gaiola", discutindo o tema da mulher enquanto mãe e trabalhadora. Logo depois, houve a dramatização "Maria Solidão" feita por "As Filhas de Amélia Acordaram".

DEBATES

Este ano os grupos de discussão foram divididos em quatro itens e logo no início do congresso o tema "Discriminação enquanto Mulher", seguido por "Discriminação enquanto Assalariada", esgotou as inscrições, seguidos por "Discriminação enquanto Dona de Casa" e "Discriminação Enquanto Mãe". Isso talvez possa ser explicado pelo número bem maior de jovens que compareceram ao congresso e por uma parte das mulheres da periferia preferirem participar de um encontro que se realiza, este fim-de-semana, em Itaquera. Segundo uma das participantes que preferiu não citar seu nome, "é porque algumas mulheres acharam que aqui em São Paulo o congresso é muito elitista e não dá para discutir nossos assuntos".

Uma das participantes do Congresso, a deputada Irma Passoni, falando sobre o encontro, disse: "estamos vivendo o momento histórico que exige a participação cada vez maior da mulher. Seria bom que daqui conseguíssemos finalmente unificar todos os movimentos femininos e feministas em torno de uma só luta."

A reivindicação por creches, que no ano passado foi muito discutida no congresso, segundo ela conseguiu tomar impulso e "agora temos que fiscalizar o tipo de creche que estão construindo para nossos filhos". Irma também falou da importância da luta pela não discriminação de salários e empregos e pelo custo de vida, inflação e conquista da terra. "De qualquer maneira, a presença de três mil mulheres aqui no Tuca é significativa e mostra o desejo de participação".

A presença de grupos de homossexuais, participantes do Congresso, foi visto pela deputada como sinal de que os problemas existem e devem ser levantados, em busca de soluções. Para ela, há uma primeira fase de radicalização, com a existência de organizações e movimentos às vezes sectários, mas acredita que "a próxima etapa será a da integração desses movimentos, que substituirá esta fase de afirmação inicial".

Para Isabel Cleto de Souza, presidente da Associação das Empregadas Domésticas, "a mulher livre é a que se define no trabalho e não a que quer ser homem". Como líder de classe, ela vê a necessidade urgente da criação de uma lei trabalhista para as empregadas domésticas.

O 2.º Congresso da Mulher Paulista iniciou as discussões dos temas depois do almoço. Os homens também formaram um grupo à parte e foram muito aplaudidos quando, atendendo ao apelo feito pela mesa, um grupo de rapazes prontificou-se a colaborar no cuidado às crianças nas creches. Mas houve va-las para a proposta de se abrir grupos à participação dos homens nas discussões.

Hoje, o congresso prossegue a partir das 9 da manhã, com depoimentos das mulheres que participaram das discussões de ontem e com a formação de novos grupos para debater a melhor maneira de se encaminhar todas as reivindicações e, talvez, até a unificação de todos os grupos por uma luta em comum.

PASSEATA EM PARIS

"Chega de trabalhar fora e em casa, para atender às necessidades e caprichos dos homens" — este foi, em síntese, o protesto de milhares de mulheres que saíram ontem em passeata, paralisando algumas áreas de Paris por várias horas. As francesas decidiram fazer também uma espécie de greve geral, ausentando-se do trabalho ou realizando operação "tartaruga". As mais extremistas protestaram, indo trabalhar completamente despenteadas e sem maquiagem, dizendo-se "finalmente livres".

Estas mulheres despertaram muita paixão nos últimos anos. O que elas pensam de Movimento.

Assinar Movimento é reforçar um instrumento de luta democrática que mostrou a solidez de seu compromisso com os interesses e objetivos dos trabalhadores

Irma Passoni,
deputada estadual/SP.



Estar com Movimento, é estar com a luta do povo brasileiro.

Eva Wilma,
atriz.



Movimento é um jornal sério e combativo, que tem a coragem de denunciar as mazelas e imposturas contra o povo.

Lélia Abramo,
atriz e presidente
do Sindicato dos Artistas
de São Paulo.



Desde que surgiu Movimento, só tem melhorado. É um jornal que continua crescendo, à medida que a luta pela democracia avança.

Heloneida Studart,
deputada estadual
e socióloga.



Assino, leio, divulgo e apóio Movimento. É o jornal que merece de todos os leitores a consagração que se deve àqueles que combateram o bom combate nas condições mais adversas.

Maria Nilde Mascellani,

As coisas verdadeiras que a gente faz, as coisas de lutas, saem no Movimento. Quer dizer: o que é importante que o povo saiba, sai no jornal Movimento. Coisas que em outros jornais não saem.

Maria Andrade Saraiva de Alencar,
coordenadora do Movimento contra
a Carestia.



Movimento tem nos dado uma outra versão dos fatos, que não é a versão oficial. Uma das formas de apoiá-lo é dar condições econômicas.

Para isso é preciso assinar Movimento.

Clarice Herzog,
viúva de Wladimir Herzog, morto
nas dependências do DOI-CODI/SP.



Precisamos de porta-vozes fiéis de nossas lutas. Hoje o jornal Movimento é um deles. Devemos defendê-lo.

Kika Alves de Souza,
secretária de
Ciências Humanas
da UNE.



Comprovadamente Movimento é, dentro da imprensa brasileira, um órgão de resistência. Ler Movimento é acordar e participar.

Fernanda Montenegro,
atriz.



Mulheres

Os pedidos das mulheres paulistas

Neste fim de semana, aproximadamente três mil mulheres de diferentes situações econômicas, profissões, idade e cor deixaram de lado a sua rotina diária para, durante dois dias inteiros (sábado e domingo das nove às 17 horas), discutir os problemas que enfrentam como mulheres, mães e trabalhadoras. Esses problemas foram definidos por elas durante a preparação do congresso e divididos em dois grandes temas: "A Situação da Mulher e a Discriminação que Sofre" e "A Mulher e sua Participação Política".

O 2º Congresso da Mulher Paulista, organizado por 54 entidades (sindicatos, sociedades amigos de bairros, clubes de mães, associações de donas-de-casa, etc) realizou-se no Teatro da Universidade Católica (Tuca) e nas dependências da PUC, e contou com toda uma estrutura de apoio às participantes: creches para as crianças que não tinham com quem ficar (foram atendidas 900 crianças), ônibus para o transporte das mulheres que vinham da periferia e lanche para todas (11 mil sanduíches e 4 mil refrigerantes, fora a comida das crianças).

No sábado, já com o Tuca completamente lotado e grandes filas para inscrever as crianças na creche, os trabalhos foram abertos com a apresentação de um filme que mostrava aspectos dos movimentos femininos e duas peças de teatro — "A Gaiola" e "As Filhas de Amélia Acordaram" — montadas por grupos amadores.

Todas as participantes receberam crachás com letras que indicavam os temas que tinham interesse em discutir. As que optaram pela letra A se reuniram depois em grupos pequenos para debater "A Mulher Enquanto Mulher" (a educação diferenciada, a educação sexual, a violência sexual, os direitos da mulher, sua imagem nos meios de comunicação, etc). O grupo B ficou com o tema "Mulher Enquanto Mãe" (atendimento à maternidade, contracepção, aborto, a mãe solteira, creche, etc).

O grupo C discutia "A Mulher Enquanto Dona-de-casa" (a função do trabalho doméstico, o subemprego, as creches, a profissionalização). E o grupo D ficou com "A Mulher Enquanto Trabalhadora Assalariada" (os departamentos femininos nas entidades representativas dos trabalhadores, as creches, o salário igual ao do homem para igual função, etc).

Sentadas em círculo no palco do Tuca, no chão no saguão do andar superior do teatro ou ainda espalhadas pelas salas de aula da PUC, operárias, donas-de-casa, profissionais liberais se misturaram nas discussões e mostraram sua visão pessoal do assunto debatido.

Uma participante do grupo "Trabalho Doméstico" e que fazia parte do movimento pela instalação de creches na periferia, achava que o 1º Congresso do qual ela participara no ano passado tinha sido muito melhor:

— O pessoal já entrou discutindo. Esse não, ficou nesse negócio de teatro. Todo mun-



Cerca de três mil mulheres participaram

do sabe disso aí, que a mulher é explorada, não tem segurança nenhuma. E daí? A gente precisa achar uma saída. Tá tudo errado a começar de cima, deste sistema de exploração em que a gente vive, com salário de fome prá gente, pro marido da gente...

Enquanto elas atuavam nos grupos, alguns maridos trabalhavam nas creches brincando com as crianças. Numa delas, na que funcionou ao lado do TUCA, no colégio São Domingos, um dos homens reclamava contra a presença de "crianças muito grandes", meninos de 15, 16 anos "que podiam bem ter ficado em casa olhando os irmãos, ao invés de virem aqui reclamar do lanche ou ficar insistindo para sair".

No domingo, quando o temário foi a participação política da mulher, o clima no teatro já era bem mais agitado, desde manhã. Facções dos grupos femininos do PMDB, do PT e da Convergência Socialista começaram a se defrontar. Já logo na entrada, a Convergência Socialista distribuía um impresso onde a palavra de ordem era "Por um Congresso de Mulheres Democrático". Enquanto isso, na plateia, o clima ia se acirrando. Uma participante subiu ao palco para "fazer uma denúncia", foi impedida pelas vaías de um lado e pelos gritos de "Abaixo a Repressão" e "Liberdade de expressão" de outro. Às dez horas, com o plenário nervoso, ainda não haviam iniciado os trabalhos. A falta de microfone conturbava ainda mais o ambiente.

Em meio ao tumulto, foi dito que duas oradoras do grupo D tinham-se inscrito para falar porque não tinham podido relatar, no sábado, as conclusões a que chegaram seus grupos. Quando uma delas despontou no palco, as vaías foram ensurdecedoras: "Fura Greve", "Pelego". Com muito esforço, já com muitas pessoas circulando pelo palco, conseguiu-se que ela falasse, como também outras duas mulheres da periferia, uma das quais colocou a questão de um modo muito simples:

— Gente, vocês têm que deixar o povo falar. A mulher da periferia tá morrendo de fome e parece que ninguém tá ligando para isso.

Muitos gritos, reclamações (principalmente) das mulheres mais humildes ("A gente vem para falar sério e ficam aí nessa palhaçada")

até que se conseguiu encaminhar as congressistas para suas respectivas salas de discussão. Ali, cada grupo tomou conhecimento de todas as conclusões a que chegavam as mulheres em relação aos temas do dia anterior.

De cada tópico, deveriam ser votados três itens. E aí começou mais uma vez a confusão. Como os grupos eram muito heterogêneos, esbarrou-se no problema da compreensão das propostas (geralmente escritas num palavreado muito conhecido apenas por estudantes, intelectuais, profissionais liberais).

As expressões "discriminações, conscientizações, alienações, prioridades, preconceituosas", etc, tiveram que ser traduzidas em linguagem mais simples. Percebia-se também que, nos grupos, fora, é claro, algumas exceções, as mulheres com mais desembaraço e domínio de linguagem lideravam as discussões e tinham dificuldade em se fazer entender pelas demais. Muitas das propostas também eram reivindicações típicas de classe média (a necessidade de trabalho fora do lar, as lavanderias coletivas, ou as reivindicações mais a nível de denúncia, como o arrocho salarial, o sistema capitalista de exploração do trabalho, etc).

Mesmo assim, foi possível conseguir um consenso em relação a alguns pontos. O 2º Congresso resultou então em reivindicações, a serem divulgadas num texto final, como: melhores salários para os trabalhadores; instalação de postos de saúde especializados em informação sobre contracepção, questões orgânicas e sexuais da mulher em todos os bairros para uma sexualidade sadia e o exercício do direito a uma maternidade.

Também: a necessidade de se formar comissões, junto a todos os setores da sociedade para esclarecerem as mulheres sobre questões específicas como sexualidade, saúde, etc. Solicitou-se que as mulheres saiam do congresso "dispostas a influir na administração de creches e escolas" e que as discussões sejam levadas para suas casas, entidades, grupos de mães, etc; que se faça uma ampla campanha junto aos movimentos populares, de mulheres e dos sindicatos, pela profissionalização da mulher e por garantias de emprego. Também será encaminhado ao Ministério da Educação e do Trabalho um abaixo-assinado exigindo esses cursos de profissionalização e as garantias do exercício profissional (esse abaixo-assinado vai ser passado nas fábricas, sindicatos, etc). O texto final pedirá que as mulheres denunciem a discriminação que se exerce sobre a mulher casada, mãe ou gestante no acesso ao trabalho; que se lute pela equiparação salarial; que se lance uma campanha pela valorização do pré-natal e atendimento materno-infantil em todo o País; que se lute para que o governo assuma a responsabilidade total sobre a construção e manutenção das creches nos bairros e que as empresas façam o mesmo com suas creches; que se incentive a participação feminina nos Clubes de Mães, Associações de Bairros, Comunidades de Base, e que se organize para daqui a três meses um fórum de debates sobre o aborto.

Neste fim de semana, o 2.º Congresso da Mulher Paulista

CSP 70 13/3/80 pg 1



As organizadoras deste encontro esperam representar ao máximo a opinião das mulheres duplamente exploradas, enquanto sexo e enquanto pertencentes à classe trabalhadora. Para isso os grupos — participam mais de 50 entidades clássistas, sindicatos, organizações de bairros, movimentos populares e outros — vêm se preparando, no sentido de aprofundar os temas básicos: “Discriminação” (enquanto mulher, mãe e trabalhadora) e “participação” (nos movimentos populares e femininos). Além disso, está sendo organizado um esquema de transporte por ônibus, creche no Tuca, onde ele será realizado, e serviço de lanche. Tudo para facilitar a participação de quem mora na periferia. Para arrecadar fundos, além dos bazares e atividades já realizadas nos bairros, nesta sexta-feira haverá um show na E. Samba Paulistano da Glória, com Carmem Costa, Clementina de Jesus e Beth Carvalho, entre outras atrações. Em São Mateus, 300 mulheres se reuniram para preparar sua participação no Congresso, e denunciaram a situação em que vivem e trabalham, contando casos estarrecedores.

Preparando o Congresso da Mulher Paulista

OSPAV 7012/13/80
Trezentas mulheres se reuniram no último domingo na igreja de São Mateus para discutir como é que elas vêm se organizando frente aos problemas da comunidade; para prepararem-se para o Congresso da Mulher Paulista — a ser realizado neste sábado e domingo —, e para fazerem denúncias a respeito das dificuldades que encontram no seu dia-a-dia (tais como a dupla jornada de trabalho, falta de creche e baixa remuneração).

Dona Lia, uma das participantes denunciou ter demorado 7 meses para conseguir emprego, “porque eles lá só aceitavam homens”; e quando finalmente conseguiu, foi numa metalúrgica de São Bernardo do Campo. Acontece que ela se engravidou alguns meses depois:

“Sabem o que meu chefe disse? Que era prá eu tirar o filho que ele me dava uma semana de licença. Ora, isso é muita humilhação, não dá para aguentar”.

Ana Rosa, agente de pastoral, ressaltou a importância de se comemorar o Dia Internacional da Mulher, 8 de março, “pois foi em 1908 que dezenove operárias de uma fábrica nos Estados Unidos morreram queimadas quando ocupavam seu local de trabalho para, pacificamente, protestar contra as péssimas condições de trabalho em que se encontravam”.

Representantes de diversas vilas e comunidades fizeram exposição dos problemas enfrentados por eles: falta de transporte, de água, de luz, de postos de saúde, escolas, creches. Para solucionar todo esse rosário de problemas, as mulheres vêm se organizando em clubes de mães, associações de donas de casa, grupos de reflexão, movimento de defesa de creche, de posto de saúde, e em atividades culturais.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal *O SPANCO*
Data *13, 03, 80*
Pág. *1*

Pasta n.º

N.º do recorte

Congresso de mulheres paulistas

Vem aí o 2.º Congresso da Mulher Paulista, que será realizado nos próximos 8 e 9 de março, na PUC. Várias reuniões de preparação estão sendo encaminhadas pelos organizadores, cerca de 45 entidades. No primeiro e no segundo dia do encontro, das 9 às 17h00, serão debatidas questões referentes à mulher enquanto trabalhadora, mãe e mesmo mulher. Aborto, participação política e o trabalho doméstico estão incluídos nesta pauta, e espera-se com o encaminhamento dos debates, chegar a pontos comuns de atuação, no sentido das lutas específicas



da mulher. A participação é aberta a todas, re-

presentantes ou não de grupos, e haverá ônibus

especiais, além de creche e lanche. As inscrições podem ser feitas nas entidades organizadoras, entre elas o Sindicato dos Jornalistas, Centro da Mulher Brasileira, Associação Nós Mulheres, Frente Nacional do Trabalho e Serviço de Orientação Familiar — SOF.

Algumas entidades, como o SOF, estão promovendo uma série de atividades para custear as despesas com lanche, creche e condução. As reuniões preparatórias, com representantes das diversas entidades, vêm sendo realizadas todas as semanas.

Política do menor criticada por juiz

O presidente da Associação Brasileira de Juizes de Menores, Liborni Siqueira afirmou ontem que "os Julzados de Menores de todo o País estão falidos, porque o Poder Judiciário não os encara como setor a ele intimamente integrado, mas apenas como serviço administrativo. E isso porque o Judiciário não tem independência econômico-financeira, continuando atrelado ao Executivo".

Liborni Siqueira fez essa denúncia depois de reunião, na sede do Julzado de Menores da Capital, com a presidente da Funabem, Ecléa Guazell, o juiz de Menores da Capital, Nilton Silveira, e o presidente da Febem, Antônio Luís Ribeiro Machado. O objetivo do encontro foi apresentar à presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) o Serviço de Colocação Familiar, programa que vem sendo desenvolvido pelo Julzado paulistano e que Ecléa Guazell pretende instalar no Rio.

Assessores do juiz Nilton Silveira salientaram que esta é a primeira vez que um presidente da Funabem, fundada em 1964, visita o Julzado de Menores de São Paulo. Segundo eles, isso demonstra "a falta de unidade na ação com vistas ao estabelecimento de uma política para enfrentar o problema do menor". Ecléa Guazell negou que a Funabem "tenha ignorado São Paulo", dizendo que já esteve diversas vezes na Capital, mas "não no Julzado". Assinalou que "de agora em diante haverá maior entrosamento, não só porque São Paulo tem muito a oferecer, mas porque podemos também ampliar o trabalho aqui desenvolvido".

INDEFINIÇÃO

Perguntando "como se falar em problema de menor, se ainda se paga para tirar certidão de nascimento e o título de eleitor é grátis", Liborni Siqueira criticou a indefinição sócio-política e econômico-financeira para o setor, "indefinição que fere a todos, não apenas os menores e as entidades assistenciais mas a sociedade em geral".

Segundo o presidente da Associação Brasileira dos Juizes de menores (ABJM), "não existe problema de menor e sim da família, já que a criança não nasce em uma incubadeira, mas de um casal". Por isso, enquanto a família não for efetivamente assistida, o que até agora não tem acontecido, de nada adiantarão os programas e recursos, por melhores e mais volumosos que sejam, pois estaremos atacando os efeitos e não as causas do problema". A seu ver, "felizmente, a Funabem está saindo da toca e entrando na área da execução e da pre-



O juiz Liborni Siqueira.

venção, ao garantir que será dado apoio integral aos Julzados de Menores e à ABJM".

Para que haja entrosamento e os programas destinados ao menor tenham resultado, Liborni Siqueira sugeriu quatro providências imediatas: assistência pré-natal; acompanhar a criança no seu contexto bio-psíco-social, para que se forme a geração futura; implantação imediata de um planejamento familiar; e reformulação da lei 5.692 (Diretrizes e Bases da Educação), para que "se retorne ao primário antigo, complementado por um aprendizado profissional". Conforme explicou, "não se concebe um curso de 1.º grau em oito anos, já que a maioria das crianças dificilmente o conclui, porque são obrigadas a entrar na competição da força do trabalho".

Depois de afirmar que "por enquanto não demos nem o primeiro passo", o presidente da ABJM defendeu também a unificação dos órgãos assistenciais envolvidos na política nacional do bem-estar do menor, o que, no seu entender, evitará o desperdício de verbas, tornando mais eficientes os resultados dessa política.

Febem coloca menores em total incomunicabilidade no Tatuapé

CARLOS ALBERTO LUPPI

A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), por sua diretoria técnica, resolveu colocar menores em cubículos fechados e em estado de total incomunicabilidade de vários dias. Isso acontece principalmente na Unidade de Triagem número 3, no Tatuapé, onde cabem apenas 170 menores, mas que abriga 254 garotos.

Anteontem, a presidente do Movimento em Defesa do Menor, Lia Junqueira, e o deputado Edardo Matarazzo Suplicy estiveram na UT-3 e surpreenderam vários menores colocados em cubículos fechados, alguns dos quais incomunicáveis e torturados. Situação igual ocorre na UT-2, também no Tatuapé, na Unidade Modelo e na Unidade Sampalo Viana, onde doenças como o sarampo, o crupe e a broncopneumonia atingem dezenas de menores. A situação é particularmente grave na Unidade Sampalo Viana, destinada a crianças até 6 anos de idade, onde se amontoam atualmente mais de 500 crianças.

REGULAMENTO DESUMANO

Em várias unidades da Febem faltam medicamentos, assistência adequada aos menores. Na UT-2 e no Sampalo Viana, por exemplo, faltam até mesmo ataduras, gaze e esparadrapo. Em várias unidades, banheiros estão quebrados e fora de uso.

O deputado e a presidente do Movimento em Defesa do Menor ficaram impressionados com o regulamento disciplinar "desumano e arbitrário a que estão submetidos os menores da UT-3". O menor E.J.N. de 16 anos, por exemplo, está preso numa cela há mais de sete dias e é mantido em total incomunicabilidade. A direção da unidade não permite que qualquer menina ou mulher, mesmo que seja irmã do menor internado, faça visitas. Mesmo os pais dos menores internados só podem visitá-los no domingo, durante duas horas, tendo que fazer fila para vê-los no refeitório, restando com frequência apenas alguns minutos para a visita de fato, o contato com o menor. Isto inclusive contraria frontalmente os estatutos da própria Febem e toda a filosofia de trabalho da qual se originou a criação da própria entidade oficial para menores.

Na UT-3, um outro menor (G.Q.S.), de apenas 12 anos, encontrava-se com marcas

de torturas. O menor foi transferido para a UT-3 após ter sido torturado no Distrito Policial do Itaim-Bibi, onde foi colocado no "cavalete" e sofreu choques elétricos.

Nesta mesma unidade, Lia Junqueira e o deputado Suplicy presenciaram a colocação de salitre na alimentação dos menores. "A comida não é limpa e nem preparada de forma adequada, além de receber substâncias colocadas em prejuízo dos menores", denunciou ela.

ARBITRARIEDADES

A Febem agora está impedindo arbitrariamente que os menores falem uns com os outros, mesmo no refeitório. A arbitrariedade chega ao cúmulo de proibir os menores de se comunicarem mesmo através de sinais e até mesmo de darem risadas. Quem sorrir ou se comunicar através de sinais sofre punição física, espancamentos e torturas, além de "vas-souradas" nas mãos até que estas inchem.

Dezenas de menores estão proibidos, em várias unidades da Febem, por ordem do diretor técnico Ernani Ferreira de se comunicarem até com seus pais. Há menores que estão há mais de três meses sem contato com a família. Há o caso de um menino na UT-3 que está internado sem ter cometido falta grave, apenas não se dava bem com sua mãe, que tem problemas mentais.

Um outro caso, o do menor J.F.F., também é grave: ele estava em regime de liberdade vigiada (assistida), determinada pelo Juizado, e acabou retornando à UT-3 porque sua assistente, dona Eunice, nunca esteve em sua casa e nunca lhe deu a menor orientação. Há na Febem 850 menores em regime de liberdade assistida ou vigiada. Mas isto na realidade não funciona na entidade, porque há apenas seis assistentes para acompanhar os 850 garotos.

A presidente do Movimento de Defesa do Menor disse ontem que "tudo isto mostra claramente a falta total de filosofia de trabalho honesto dentro da Febem. Imagine que agora há uma determinação impedindo que até o diretor de uma unidade possa interferir no caso de espancamento, tortura ou detenção de menor em cubículos fechados. Se um inspetor colocar o menor num cubículo, ele dali não poderá sair nem com ordem do diretor da casa; somente se a inspetoria da casa assim o desejar".

Menores tentam agredir a defensora

Aparentemente a mando de inspetores da Unidade de Triagem número três, da Febem, três menores tentaram assaltar e agredir a presidente do Movimento em Defesa do Menor de São Paulo, Lila Junqueira, na porta de sua residência, no Brooklin. A tentativa foi precedida de vários telefonemas anônimos dados à residência, no último sábado, quando avisaram que "Lila Junqueira vai ser esfaqueada e vai aparecer com a boca cheia de formigas".

Por coincidência, há menos de 20 dias, dois telefonemas anônimos foram dados à redação da "Folha", ao repórter Carlos Alberto Luppi, e enquanto um afirmava que "a Lila Junqueira tinha acabado de falecer", outro dizia que "ela vai morrer mais cedo que se pensa", seguido de ameaças ao próprio repórter.

A presidente do MDM somente não foi agredida por sorte: quando saltava do carro e se dirigia para casa, os três garotos armados correram para atingi-la, mas um grupo de crianças presente a uma festa de casamento, que se realizava na casa ao lado, saiu correndo para a rua, o que afugentou os atacantes.

Estes estavam numa Bellini branca cuja chapa foi anotada: FF-0822. Um levantamento feito ontem no Detran mostrou que a chapa é "fria" e pertence a um Volks vermelho, de propriedade de uma pessoa, que nada tem a ver com o caso.

No dia seguinte, Lila Junqueira recebeu

outro telefonema e um menor lhe disse que "alguns inspetores da UT-3 estão tentando manobrar meninos para atacar vocês". A informação partiu de um garoto conhecido da presidente do MDM e que esteve internado na UT-3.

AÇÃO CONTRA FEBEM

O Movimento em Defesa do Menor — com sede à rua João Ramalho, 825, casa 4 — vai acionar a Febem por ter demitido irregularmente a ex-diretora da unidade da Vila Maria, Volúnia Tossin, que denunciara os desmandos administrativos e funcionais ali existentes, acusando de omissão a cúpula da Fundação, principalmente o diretor administrativo, José Luis Lo Turco. Apesar dos documentos que comprovam a omissão deste diretor da Febem — publicados pela "Folha" com exclusividade — Volúnia foi afastada da entidade, enquadrada no artigo 482 da CLT e acusada de insubordinação.

"A demissão de Volúnia é irregular porque ela agiu em defesa das meninas da Vila Maria obrigadas a viver numa casa caindo aos pedaços, sem estrutura, onde falta comida, falta medicamento, falta tudo. Ela cansou de pedir providências à diretoria da Febem, assim como o funcionário José Allton. A Febem nada fez. Quando tudo foi denunciado, para salvar a própria pele, a cúpula da Febem acusou José Allton de omissão, causando-lhe a morte por enfarte. Agora demite Volúnia irregularmente", disse ontem Lila Junqueira.

Congresso da mulher, tumulto até positivo

MARIA CARNEIRO DA CUNHA

Reuniu-se na última quinta-feira, no Instituto de Arquitetos do Brasil, a coordenadoria do 2.º Congresso da Mulher Paulista, com a finalidade de realizar uma avaliação desse encontro, que se desenvolveu em meio a um clima muito polêmico, mas que alguns consideraram positivo.

Ficou decidido que será redigido um documento contendo as bandeiras principais do congresso, fundamentado nos relatórios de todos os grupos de discussão. Esse documento será enviado a todas as 54 entidades participantes, junto com outro em que serão explicados às bases os motivos do violento tumulto do final.

Fazem parte da comissão de redação, entre outros, Eneida Soler, da Frente Nacional do Trabalho; Rita de Lucca, da Associação de Mulheres; Rachel Moreno, do Movimento de Luta por Creches; Marise Egger do Centro da Mulher Brasileira; Ethel Leon, do grupo de mulheres do jornal "O Companheiro"; e Eleni O.P. Machado e Creivocin Silva do Sindicato dos Médicos.

Uma comissão de três pessoas escolhidas entre membros de entidades que fazem parte do Comitê Brasileiro pela Anistia, se encarregará de entregar a carta de apoio a Flávia Schilling no Consulado do Uruguai.

Politicamente, a decisão mais importante foi a exclusão da coordenadoria das representantes de diversas entidades: Departamento Feminino do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, comissões de mulheres das Sociedades de Amigos de Bairro de São José e do Barro Branco, parte do DCE da USP e elementos do Departamento Feminino do PMDB.

Houve um consenso geral de que foi nessas entidades que se concentraram os elementos que procuraram tumultuar o andamento do Congresso e seu afastamento foi considerado absolutamente necessário. Mas trata-se do afastamento de pessoas e não das entidades que podem estar sendo envolvidas por outras representantes. Dentro do PMDB, as próprias integrantes da comissão executiva provisória divulgaram uma moção de repúdio às atitudes desses grupos, que mereceram a reprovção geral.

Quanto aos grupos feministas, eles se reuniram na noite anterior para integrar seus pontos de vista num documento que traduzisse uma posição comum, com vistas a futuras atividades. Isso não significa que deixarão de participar da coordenadoria mais ampla, junto com outros grupos de mulheres.

Pelo teor dos depoimentos de diversas integrantes de entidades feministas e não feministas, pode-se concluir que a maioria chegou à conclusão de que houve um saldo positivo, apesar dos tumultos e tentativas de manipulação.

Para Eneida Soler, da Frente Nacional do Trabalho, o Congresso representou um avanço no trabalho que vem sendo realizado há alguns anos por essa entidade, principalmente junto a mulheres da periferia. "Este ano, foi possível aprofundar a discussão de certos temas que só puderam ser abordados de leve no ano passado, e isso foi conseguido por meio da divisão do temário em quatro grupos: (discriminação da mulher enquanto mulher; enquanto mãe; enquanto trabalhadora; e organização e participação política da mulher)", conforme Eneida. Ela também dá sua opinião sobre os tumultos. "Se conseguimos um saldo positivo, foi justamente porque a força deste encontro foi dada a essas discussões em grupos. Aqueles interessados em baderna têm mais experiência em manipulações em plenário, mas isso é bem mais difícil em grupos menores. Foi exatamente porque não conseguiram prejudicar o trabalho nos grupos, que partiram com força total no fim do Congresso, para impedir o seu encerramento normal. Mas tudo isso será explicado às bases naquele documento e num trabalho posterior de esclarecimento."

Para Maria Moraes, do grupo "feminista" "Nós Mulheres", as cenas do final do Congresso foram um "espetáculo deplorável pela violência e pelo antifeminismo e impediram o clima de solidariedade que deveria reinar numa reunião desse tipo". Ela dá nome aos bois: "Se houve tentativa de manipulação, ela partiu principalmente do pessoal ligado ao jornal 'A Hora do Povo'. Provavelmente, ele não congrega nem 100 pessoas em todo o Brasil, mas lá com-

pareceram maciçamente. Infiltrando-se em diversas entidades, que sempre tentaram dominar." Para ela, eles têm uma visão política estreita e até retrógrada, pois afirmam taxativamente que não existe questão específica da mulher. "Ora, isso é ridículo, quando se sabe que em determinadas categorias de trabalhadoras, como as metalúrgicas, as mulheres chegam a ganhar 73% a menos que os homens nas mesmas funções", como lembra Maria Moraes. "O que eles conseguiram foi deixar claro, para muitas, a necessidade de um movimento independente de mulheres."

Para a representante do "Nós Mulheres", os pontos mais positivos foram o fortalecimento das tendências feministas dentro do movimento de mulheres e a demonstração da capacidade de mobilização da mulher.

Maria Luiza Eluf, da Pró-Mulher, outra entidade feminista, é de opinião que o temário do Congresso era muito bom e se não foi totalmente preenchido, isso se deveu a uma disputa de poder e às manipulações de certas correntes políticas no sentido de impor determinadas posições. "A proposta inicial de unir grupos feministas e não feministas numa luta comum em prol de uma ação política mais concreta a favor da mulher, se perdeu por causa da divisão entre facções político-partidárias e por falta de uma linha mestra que conduzisse e controlasse as ações acima dessas facções e em torno de uma proposta mínima". Mas ela não é pessimista. "Acho que o saldo foi positivo, porque fez as mulheres pensarem sobre seus próprios problemas, mas também acho que deve haver uma maior convivência entre os diversos grupos no decorrer do ano, para o amadurecimento de propostas comuns."

Regina Stella Moreira Pires, do Movimento de Luta por Creches e do Centro da Mulher Brasileira tem opinião semelhante sobre o acerto do temário. "O fato positivo a mobilização de número tão grande de mulheres, com a finalidade específica de discutir seus problemas", diz ela. Mais: "Houve certamente uma vontade concreta de tumultuar por parte de certos grupos minoritários, que, não encontrando condições de impor suas propostas políticas nos grupos, tentaram fazê-lo na marra, jogando o plenário contra a mesa, gritando e agredindo fisicamente várias participantes. Eles estavam

concentrados nas entidades mencionadas no documento que aprovou a exclusão desses elementos, dos trabalhos da coordenadoria."

Lia Zatz, da Associação de Mulheres, explicou que essa entidade foi das primeiras a defender a autonomia do movimento de mulheres, ponto que não tinha sido entendido por muitas mulheres pertencentes a outros grupos. "Agora essa necessidade foi mostrada concretamente no Congresso", acredita ela. "Autonomia não quer dizer que se deva ser contra os partidos. As mulheres também devem participar ativamente deles, mas sem confundir as duas coisas, porque seu movimento, para ser eficaz, tem que ser amplo, abrangendo mulheres de todas as classes e de todas as tendências partidárias." Para Lia Zatz, os grupos que tentaram tumultuar o Congresso são justamente aqueles que se opõem à autonomia do movimento de mulheres. "Isso também demonstra a necessidade de maior união entre os grupos feministas. É preciso que eles assumam e recuperem este nome."

Xênia: “eu sou a unanimidade”

Entrevista com Xênia Bier, a apresentadora mais audaciosa da televisão

Entrevista a Selma Severo Lins.



Entrevistando Chico Buarque: “nós incomodamos”

Xênia Bier não virou manchete. Mas nos últimos quinze dias foi assunto dos principais jornais de São Paulo e do Rio. De repente, seu programa de 13 anos na TV Bandeirantes — “Xênia e Você” — saiu da programação, dando lugar a filmes estrangeiros.

Apesar dos 13 anos de carreira na Bandeirantes, Xênia só começou a receber destaque na imprensa nos últimos meses. Foi quando começou a entrevistar pessoas como Chico Buarque, Jânio Quadros, Henfil, Caetano Veloso e Maria Bethânia. Com 44 anos de idade e 20 de carreira na televisão, Xênia Bier sempre foi conhecida pela informalidade, pelos assuntos impróprios para a programação da tarde, ou ainda pela grande audiência na periferia. “Xênia e Você” era um programa popular e sua apresentadora considerada marginal na TV brasileira.

A crise na Bandeirantes começou há algum tempo, mas só ficou conhecida quando Xênia não aceitou a mudança no horário do programa e recebeu uma proposta para trabalhar na Globo. A Bandeirantes não abriu mão do contrato, prometeu um programa

semanal à noite e acabou oferecendo apenas meia hora por dia para substituir a hora e meia anterior. Xênia não aceitou conversar tão pouco tempo com as donas-de-casa de São Paulo, Paraná, Pará, Santa Catarina, Goiás e Rio de Janeiro. Na quinta-feira passada, resolveu abrir mão de seu contrato e ficar desempregada. Seu lugar na Globo já estava preenchido e agora tem apenas a promessa de um programa diário na Rádio Globo de São Paulo.

Sem querer explicar ou discutir a decisão da emissora, Xênia Bier se considera uma figura muito importante. “Eu sou a unanimidade neste país. Pela primeira vez a extrema esquerda se juntou à extrema direita, católicos com espíritas com evangélicos e todos pediram a volta de Xênia”, afirmou a apresentadora.

Pode ser uma ilusão. Mas no seu último programa, centenas de pessoas entraram na TV Bandeirantes pedindo a permanência de “Xênia e Você” no mesmo horário. E, até hoje, os muros da emissora estão pixados, exigindo a volta de Xênia Bier ao vídeo.

Movimento — Como era o Programa "Xenia e Você"?

Xenia Bier — O programa era operário. Por que sou operária na alma. Nunca tirei o macacão. Fazia debates na hora, discutia todos os problemas sempre tendo liberdade do "aqui e agora". Foi o primeiro programa na televisão brasileira a discutir o problema dos negros, do PT e a falar sobre o sexo sem preconceitos. Eu dignifiquei o horário da tarde, que era o **horário cri-cri**, criança-criada-receitinhas de bolo, e transformei em horário de gente.

M — Que tipo de gente?

Xenia — Velho, moço, homossexual, prostituta, dona de casa, as marginalias da vida. Porque configuradamente sou uma marginal. Sempre fiz tudo à margem do pré-estabelecido. Casei com um negro, não quis ter filho, fui empregada doméstica, operária, amante do patrão, garota propaganda, balconista e apresentadora de TV. Só tenho o curso primário, graças a Deus. O meu pai era motorista de ônibus e separou-se da minha mãe — empregada doméstica — quando eu tinha 10 anos. Minha vida só melhorou quando saí da TV Cultura, em 67, e vim para a Bandeirantes. Meu salário passou de Cr\$ 350,00 para Cr\$ 1.200,00. Aí engordei, comi tudo o que tinha direito. Hoje, tenho um apartamento, um carro, recebia um salário de Cr\$ 40.000,00 e

morro de medo de virar classe média.

M — Você não recebia porcentagem dos patrocinadores?

Xenia — Sempre fui assalariada. Poderia ter feito muita picaretagem, receber por fora. Mas o dinheiro jamais me comprou. Sou muito livre e liberdade não se compra, nem se vende. E nem mesmo me preocupava com a audiência, nunca me preendi ao Ibope para não me corromper, fazer concessões.

M — Como você viu a manifestação do seus telespectadores no seu último programa na Bandeirantes?

Xenia — Estou com medo. A minha responsabilidade aumentou muito. Não imaginava que era tão querida. Agora, sem o programa

na Bandeirantes, estou me sentindo como se tivesse morrido. Em outra emissora seria mais profissional, não tão amorosa — passional. Mas em qualquer lugar o companheiro — o telespectador — será considerado como ser pensante.

Eu aguentei todo o período da ditadura, e agora o programa acaba. O Chico Buarque e o Henfil já denunciaram que na "Fechadura" o nosso trabalho era uma espécie de modismo e dava dinheiro para o patrão. Hoje, na discussão, nós atrapalhamos a "democracia" porque nossa cabeça pensante não tem barreiras; não há mais a justificativa da censura federal e nós incomodamos...

M — Como você lutou

contra a censura?

Xenia — Fazendo o papel de idiota. Sempre que tive que fazer declarações na Censura Federal (não havia censura para mim na Bandeirantes) tive que fazer o papel de idiota, de burra para convencer o censor de que não sabia a importância do que tinha feito.

M — E o problema da suspensão do seu programa quando você discutia o "coito anal"?

Xenia — O programa não chegou a ser suspenso pela Censura Federal. Veio uma ordem de Brasília, mas houve um recurso e fui suspensa por problemas com a administração da casa. O que aconteceu é que o programa estava sendo transmitido para vários Estados, além de São Paulo, inclusive Brasília. E as pessoas de Brasília começaram a causar problemas. Pedi para não transmitirem o programa mais lá e as coisas melhoraram.

M — Como você pensou em debater o coito anal na programação da tarde?

Xenia — Eu não tive uma produção de programa, coisas pré-estabelecidas. Sempre discuti os assuntos do dia, sempre falei de sexo na TV. Meu objetivo como apresentadora de TV era me expor inteira. Discutia tudo, não fazia jogo de luz, de cenário. E propuz uma palestra sobre o "coito anal" porque vejo o problema como uma relação entre opressor (o

homem) e oprimido (a mulher). Nessa sociedade patriarcal em que vivemos, a mulher se submete ao homem, vira de bruços para não perder a sua única fonte de renda que é o marido.

M — Se você sempre discutiu sexo no seu programa como viu a reação da Censura Federal?

Xenia — Eu acredito que o homem não pode ouvir certas verdades sobre seu corpo, sua cabeça. Eu concordo com o Gabeira e acho que sua política do corpo está certa e é a mais subversiva deste país. Mexer com o corpo das pessoas é realmente uma subversão.

M — Como você vê os movimentos feministas?

Xenia — Eles se fazem necessários mesmo com os exageros. Eles são "bois de piranha". Essas pioneiras feministas estão sendo sacrificadas para abrir caminho para o rumo certo. Eu critico o movimento quando, por exemplo, pegam a bandeira da legalização do aborto, quando deviam reivindicar condições para a mulher ter seu filho: educação, comida, mais informação. Quem vai se sacrificar com a legalização é a proletária porque nenhuma mulher de classe média alta vai abandonar as clínicas clandestinas.

M — Você participa de movimentos feministas?

Xenia — Sou um passarinho que canta fora da gaiola. Não tenho partido político, não tenho religião, não estou ligada a

movimento nenhum.

M — Então você não pertence ao Partido dos Trabalhadores como foi publicado numa revista?

Xenia — Eu não tenho posição político-partidária porque não acredito na política. Respeito o Lula, mas a política é a arte da barganha. Estou olhando o PT para ver até onde vai. Acho que o Lula não devia ter formado um partido.

M — Você tem alguma restrição aos intelectuais?

Xenia — Eles são vitrolas repetidoras. São os primeiros a largar o povo sozinho no primeiro tiro. São os primeiros a passar para o lado de lá. Eles falam em Marx sem pensar, não repensam nada e me dão nojo. Fazem discurso em nome do povo e tapam o nariz para não sentir o cheiro do povo. Hoje só respeito intelectual orgânico. Lula, por exemplo, sabe tudo sobre o organismo onde nasceu,

M — Qual o mundo ideal?

Xenia — O anarquista puro, não institucionalizado porque se não vira um cocô. Sou do partido de Gandhi. Já viu alguém mais anarquista que Gandhi? Ele não se filiou a partido político. Virou a Índia de cima prá baixo com uma cabra. Aceitou todo mundo, aglutinou tudo em torno dele. Quando o atormentavam muito, deitava e dizia: "não como mais". E isso abalava o Império Britânico que acabava cedendo.



No último programa, uma manifestação

Oposição à luta de libertação da mulher

Vários textos e resoluções foram discutidos e aprovados na 18ª Assembléia Geral da CNBB. A imprensa, porém, só ressaltou um deles, referente ao problema da terra. Um outro documento aprovado, de atualidade indiscutível, foi praticamente esquecido pela imprensa (em especial pela imprensa alternativa). Intitulado "Valores básicos da Vida e da Família", seu conteúdo está marcado pela condenação do aborto e, portanto, de sua legalização.

O que me chamou a atenção no debate em questão foi a utilização de dois pesos e duas medidas na discussão desses documentos. Não faltaram aplausos por parte de diversos setores, à condenação da propriedade capitalista e à defesa da resistência popular na conquista de formas alternativas de propriedade, que o documento de Itaipé propõe. Nenhum comentário, no entanto, foi feito a respeito da condenação do aborto.

A família, ao que parece, em sua estruturação tradicional, é um elemento de que a Igreja não pretende abrir mão. Já havia se manifestado por ocasião da votação da lei do divórcio no Congresso, terminantemente contrária a qualquer alteração no relacionamento entre os sexos. A lei do divórcio foi aprovada — ainda que absolutamente insatisfatória — a despeito de sua intransigência.

É preciso perceber que a capacidade de mobilização política e as alternativas populares que vem se gestando no seio da Igreja se, por um lado, podem representar um elemento importante para

a transformação da sociedade sob alguns aspectos, por outro lado, podem representar um atraso — quando não sua paralisia. É o que se coloca particularmente no caso da luta pela libertação da mulher. É fato bastante conhecido que a luta da libertação da mulher passa pela destruição da família patriarcal que conhecemos. Passa, entre outras coisas, pela conquista do divórcio verdadeiro, pelo direito ao aborto livre e gratuito etc. A hierarquia católica parece, no entanto, só se sensibilizar por algumas das reivindicações dos setores oprimidos — nos aspectos em que estas também lhes interessam. Sua simpatia, por exemplo, pela pequena propriedade (familiar) não é nova. Desde João XXIII a defende, considerando-a a empresa ideal por funcionar como "comunidade de pessoas". As outras reivindicações mostram-se completamente surdas. Não se propõe sequer a discutir e nega o mais elementar dos direitos: o direito da mulher sobre seu próprio corpo. Além disso, não reconhece a situação real em que milhares de abortos são feitos de forma clandestina nas piores condições possíveis, atingindo principalmente os setores oprimidos, de quem a Igreja Católica afirma ser o real porta-voz.

Em relação, portanto, à luta pela libertação da mulher temos na Igreja um ferrenho e poderoso opositor. É preciso discutir a questão. A imprensa dando uma de avestruz em nada contribui para isso. Pelo contrário.

Amnérís Maroni
São Paulo — SP

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal *O Estado de São Paulo*Data *18/03/80*Pág. *20*

Pasta n.º

N.º do recorte

*ESP - 18/3/80**p. 20 -*

Em três anos, mil creches

A Prefeitura de São Paulo pretende construir até 1983 cerca de mil creches para atender principalmente a população carente da periferia, segundo revelou ontem a coordenadora do Bem-Estar Social, Terezinha Fran, após reunião de duas horas com o prefeito Reynaldo de Barros, da qual também participaram o secretário de Higiene e Saúde, Mário Altenfelder, e o ex-presidente da Legião Brasileira de Assistência, Luís Fernando Pinto.

A primeira fase do plano, para a construção de 36 creches, está praticamente concluída, estando previstas mais 17 creches pelo Fundo de Assistência Social da Caixa Econômica Federal e posteriormente mais 40 pelo mesmo Fundo. Já estão contratadas também 23 creches, a serem construídas nos conjuntos habitacionais da Cohab. Paralelamente, na zona Sul da cidade, serão construídas outras 30 creches, 15 em Santo Amaro, já em fase de licitação, e 15 em Campo Limpo.

Na reunião foi discutida também a possibilidade de a Prefeitura adotar o sistema de creches-casulo, utilizado em programas da LBA, integradas à pré-escola.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *Folha de São Paulo*Data: *18/03/80*

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

**Cobes anuncia
programa para
mil creches**

A Coordenadora do Bem-
Estar Social (Cobes) do
FISP 18/3/80

Município, Teresinha Fram,
informou ontem que a Ca-
pital podera contar, ate 1983,
com mais mil creches, para
atender principalmente a
periferia. Segundo ela, es-
tudos com esse objetivo já es-
tá em desenvolvimento na
Prefeitura.

8 de março:

Quando as mulheres fazem história

Por Beth Lebo

Em março de 1908, as operárias da fábrica textil *Cotton*, em Nova York, nos Estados Unidos, entraram em greve contra as péssimas condições de trabalho a que eram submetidas. Como era comum nesta fase da revolução industrial, as operárias trabalhavam de 14 a 16 horas por dia recebendo salários miseráveis. Frequentemente davam a luz nos próprios locais de trabalho e morriam aos 30 anos, de tuberculose.

As textéis da fábrica *Cotton* lutavam pela jornada de trabalho de 10 horas, melhores salários e melhores condições de trabalho.

Os patrões da *Cotton* recusaram-se a atender suas reivindicações. 129 mulheres ocuparam a fábrica, situada a leste de Manhattan. A polícia cercou a fábrica e pôs fogo ao edifício. As operárias da fábrica *Cotton* morreram queimadas.

Uma proposta que pegou

Em 1910 realizou-se em Copenhague, na Dinamarca, a Segunda Conferência das Mulheres Socialistas. Foi aí que Clara Zetkin, militante feminista e marxista alemã (1857-1933), lançou pela primeira vez a idéia de uma jornada internacional das mulheres cuja primeira data foi o dia 8 de março, em homenagem às operárias da *Cotton* assassinadas.

Para o 8 de março de 1911 Clara Zetkin redigiu um manifesto às mulheres. Este texto evoca a batalha em que estavam então envolvidas as mulheres na Alemanha: a igualdade de direitos civis e em particular o direito ao voto. Diz Clara Zetkin: "A mulher do século 20 tornou-se maior politicamente e reivindica seus direitos de cidadã com decisão... De pé mulheres e filhas do

proletariado. Levantem-se para dar combate pela obtenção do direito de voto. O 8 de março é seu dia, o dia em que vocês devem gritar bem alto que basta de ter os mesmos deveres sem dispôr dos mesmos direitos."

Neste dia, em Viena, Austria, mais de 30.000 trabalhadoras desfilaram nas ruas da cidade. Outras manifestações se realizaram em Berlim, na Suíça e na Dinamarca.

1917: Petrogrado.

1975: mais além das fronteiras

Em 1917, foi também em março que as operárias de Petrogrado, entraram em greve atendendo a uma das demandas da revolução russa.

Desde então as jornadas do 8 de março se transformaram numa tradição nas lutas dos movimentos de mulheres em todo o mundo até que em 1975, entre as comemorações do Ano Internacional da Mulher a ONU fez reviver o apelo de Clara Zetkin.

No Brasil, desde 1975, o 8 de março vem sendo comemorado. Das primeiras reuniões ainda tímidas, o movimento de mulheres cresce e este ano no Rio, em São Paulo, em Belo Horizonte, em Porto Alegre, organiza debates, painéis e congressos, de forma unitária, como propunha a mesma Clara Zetkin em 1920: "Organizemos um congresso internacional das mulheres sem distinção de partidos."

Ao que lhe teria respondido, um sisudo senhor Wladimir, mais conhecido como Lenin:

"Um congresso não é um salão onde as mulheres cintilam com a sua graça, como nos romances. É a arena onde aprendem a agir como revolucionárias."



Por que as mulheres se organizam?

Depoimento do Grupo Feminista Ação Mulher de Porto Alegre

O movimento de mulheres no Brasil é uma realidade cada dia mais efervescente. As mulheres se organizam nos grupos feministas, nos sindicatos, nos partidos.

Ocupar um novo espaço da política, denunciar as discriminações que sofre a mulher, em casa, na rua, no trabalho, organizar campanhas por seus direitos, é uma preocupação de todas as mulheres que descem às ruas para lutar.

O grupo Ação-Mulher de Porto Alegre é mais um dos que vem colocar os conteúdos do feminismo «revisitado» dos anos 80: anti-autoritário, anti-hierárquico, unitário e autônomo na luta pela libertação da mulher. Com ele, a palavra.

O movimento feminista é a luta organizada das mulheres contra a opressão e discriminação de que são objeto, situações estas que são determinadas pela posição que seu sexo ocupa na sociedade, transcendendo sua situação de classe.

No entanto a "mulher genérica" não existe, mas sim mulheres inseridas na estrutura social, pertencentes a diferentes classes e segmentos sociais. Assim, embora a discriminação seja comum a todas as mulheres, assume formas e intensidades variáveis segundo o lugar que as mulheres ocupam na estrutura social. As mulheres das classes trabalhadoras, além de oprimidas por serem mulheres, são exploradas enquanto classe; já as

mulheres de classes dominantes, embora oprimidas enquanto sexo, são opressoras enquanto classe.

Considerando a dimensão específica da situação feminina na sociedade, nós, enquanto grupo feminista, propomos concentrar nossas forças na luta específica contra a opressão e discriminação das mulheres, em todos os níveis (econômico, ideológico, etc.). Esta é a nossa forma particular de contribuir, junto com outros movimentos sociais, para a construção de uma sociedade realmente livre de todo tipo de opressão e exploração, o que só se dará com a libertação de todos os oprimidos e com a superação da divisão sexual dos papéis sociais.

Não apenas no seu conteúdo e especificidade reside o caráter revolucionário do movimento feminista, mas também em suas formas de estruturação e funcionamento pretende ser ele inovador. Essa inovação se manifesta nas tentativas de organizar-se através de formas anti-autoritárias, anti-hierárquicas e anti-burocráticas. Para que seu objetivo seja atingido, o movimento das mulheres deve assegurar o seu caráter autônomo, o que significa não o seu alheamento à realidade sócio-política, mas a sua capacidade de definir o campo e a natureza da luta feminista independentemente dos partidos e demais organizações.

A defesa desta autonomia também significa constituir um espaço privilegiado de aprendizagem, crescimento e atuação das mulheres onde sua participação acarretará uma tomada de posição e seu progressivo crescimento e mobilização. Neste sentido entendemos que o movimento feminista deve oferecer uma grande diversificação ao nível de sua prática. Seu programa deve ser o suficientemente amplo para motivar e abrigar a participação de mulheres de níveis de consciência diferentes."

Nosso programa

Em nossa atuação definimos uma série de pontos a serem atendidos, entre os quais:

— pela equiparação salarial entre homens e mulheres: salário igual para trabalho igual

— pelo direito a todas as mulheres de qualificação profissional

— por melhores condições de trabalho que possibilitem às mulheres liberarem-se dos encargos domésticos: creche e escolas gratuitas em tempo integral, restaurante e lavanderias coletivas.

— pela justa divisão entre o casal das tarefas domésticas e da criação dos filhos.

— por uma legislação trabalhista e civil igualitária

— contra a discriminação profissional sofrida pelas mulheres casadas e gestantes

— pela extensão de todos os direitos trabalhistas às empregadas domésticas

— contra o planejamento familiar forçado

— por uma adequada assistência pré e pós-natal gratuita por parte do estado.

— contra a educação sexual mistificadora, veiculada pela família, pela escola, pelos meios de comunicação, pela igreja e pelo estado

— contra a utilização do corpo da mulher para fins de propaganda e consumo

— contra a violência cotidiana física e sexual sofrida pelas mulheres — espancamento, estupro, etc.

— contra a manutenção do fenômeno prostituição, produto da miséria e dos interesses na manutenção da família burguesa.

— contra a discriminação imposta às mães solteiras

— contra a segregação racial e a super discriminação a que são sujeitas as mulheres negras.

— pela sindicalização e organização das mulheres nos locais de trabalho

No Dia Internacional da Mulher, o congresso das paulistas

Por Olga Nascimento e Maria Tereza Verardo

Em São Paulo, 1980 se inicia marcado pela temática feminina: legalização do aborto, luta pela criação do "Núcleo de Defesa à Mulher Paulista" - que atenderá basicamente as prostitutas - e o mais importante: realização do II Congresso da Mulher Paulista, nos dias 8 e 9 de março na PUC.

O Congresso se propõe a:

1. Incentivar a organização das mulheres em torno de suas reivindicações específicas e incentivar a participação da mulher, levando, de forma organizada suas bandeiras específicas também junto às lutas gerais;
2. Unificar as entidades feministas, femininas e mistas, interessadas em organizar mulheres em torno de suas reivindicações específicas com a perspectiva de criar um amplo movimento pela libertação da mulher;
3. Aprofundar, através da discussão do temário a consciência de seus problemas específicos enquanto mulher;
4. Levantar bandeiras de lutas específi-

cas e unitárias; ampliar e aprofundar as já existentes.

Além disso, o Congresso pretende ser o mais representativo possível das mulheres que sofrem a dupla opressão: enquanto sexo e enquanto integrantes das classes exporadas.

Para atingir esses objetivos o Congresso se propõe discutir a discriminação da mulher em todos os seus níveis:

* *Enquanto mulher*: educação diferenciada, relação homem-mulher, educação sexual, sexualidade, violência sexual, a mulher nos meios de comunicação e os direitos da mulher.

* *Enquanto mãe*: maternidade, contracepção e planejamento familiar, a mãe solteira e creche.

* *Enquanto trabalhadora*: trabalho doméstico, profissionalização e subemprego.

* *Enquanto assalariada*: reivindicações dos congressos das trabalhadoras, reivindicações do 1º Congresso e direitos femininos.

* *Participação Política da Mulher e Organização das Mulheres.*

Nos bastidores, a briga pelo poder

Quando a Coordenação do II Congresso da Mulher Paulista convocou uma entrevista coletiva à imprensa, para o último dia 28, na certa não contava com a possibilidade desta vir a se transformar num campo de batalha.

Das cinquenta entidades participantes da Coordenação, pelo menos 20 participaram da querela. O tumulto começou quando a TV Cultura convidou duas mulheres para falar dos objetivos e dificuldades do II Congresso. Todas as entidades queriam falar e aparecer no vídeo.

Os jornalistas presentes se perguntavam se a preocupação dos grupos era com o que viesse a ser divulgado pela imprensa, ou com o estrelado que lhes acenaria a aparição num noticiário de TV.

De todo modo ficou claro que as divergências entre os diversos grupos eram muitas e se baseavam principalmente na definição: O Congresso será feminista ou feminino?

Se feminista, a preocupação maior é a discussão dos problemas específicos

da mulher, não importando sua classe nem sua área de atuação. Neste caso, as lutas gerais são importantes e devem ser incentivadas enquanto possibilidade de organização das mulheres, mas sem que sua militância nessas lutas as faça esquecer de sua condição de mulher, conseqüentemente oprimida, duas vezes: enquanto mulheres e enquanto classe.

Se feminino, a preocupação central é discutir a importância das lutas gerais (água, esgoto, luz, creche, etc) e a participação da mulher nessas lutas. A especificidade da luta feminista não é importante diante da luta de toda a sociedade.

Se a escolha do cartaz que divulgará o Congresso foi representativa da maioria das entidades, então o Congresso terá um cunho nitidamente feminino, em detrimento do feminista. Nele vê-se uma operária grávida, de olhar resignado em frente a um tear. O único signo feminista é o símbolo da mulher discretamente colocado no canto esquerdo.



Pedágio Pitoresco

Com a intenção de conseguir fundos para a realização do Congresso, organizou-se um pedágio na esquina da Rua Augusta com Avenida Paulista, com o objetivo de vender adesivos "Pela libertação da Mulher" às pessoas que passavam na região entre 18 e 20 horas do dia 26/02/80. Foram vendidos cerca de cinquenta adesivos com muita aceitação da maioria das mulheres consultadas. Muitas se interessaram pelo Congresso, fizeram perguntas e até se inscreveram. Contudo não faltaram reações pitorescas como as seguintes:

- Não quero. Já sou livre!
- Não quero. Sou contra libertação da Mulher.
- Gostaria muito de participar. Sou totalmente a favor. Ah! São trinta cruzeiros? Que pena! Gastei até o último centavo no cabelereiro.
- Meu carro é conversível. Onde eu iria por o adesivo?
- Imagine só! Se eu puser isso no meu carro lá no Rio todos vão me chamar de Geni.

Campanha pela legalização do aborto recebe apoio internacional



A denúncia da prisão do médico e das mulheres acusadas de praticarem aborto clandestino em S. Cristóvão, e a campanha lançada pelas feministas do Rio e São Paulo por uma ampla informação e discussão sobre o aborto e pela sua legalização, está recebendo apoio internacional.

Da Inglaterra, o Subcomitê Internacional da Campanha Nacional pelo Aborto (International Subcommittee, National Abortion Campaign) em carta dirigida ao Juiz Mota Morais e ao promotor Rodolfo Ceglia que devem instruir o processo contra o médico e as mulheres acusadas afirma: "em solidariedade com nossas irmãs brasileiras, pedimos que o aborto seja legalizado e realizado em condições seguras, e desejamos afirmar que as mulheres através do mundo estão determinadas a lutar e ganhar o direito fundamental de controlarem seu próprio corpo."

Da França, foram enviadas ao EM TEMPO cópias

de cartas e manifestos de apoio, em especial da equipe de pesquisadores do CNRS (Centro Nacional da Pesquisa Científica), que se encarrega pelo estudo da sociologia dos papéis sexuais, da família e do desenvolvimento. Entre as assinaturas figuram a de André Michel, historiadora e socióloga, Nicole Claude Mathieu, Florence Lévi, Collette Guillaumin, Danda Prado, Angela Neves e Marisa Figueiredo (que recentemente organizaram o caderno de Debate nº 6 da ed. Brasiliense sobre A Estrutura Familiar na Opressão Feminina).

Também de Paris, os pesquisadores e funcionários do Institut D'Etudes du Développement Economique et Social (IEDES) "apoiam a luta das Brasileiras em favor da liberdade de procriação pela livre contracepção e ao aborto, pelo controle de seu próprio corpo." Assinam o manifesto, entre outros, Roberto Las Casas, N.L. Labadie, M. Alain, Louise Villareal. (B.L.)

As mulheres contra a discriminação

Continuar a luta por creches, construídas e mantidas integralmente pelo Estado; por lavanderias e restaurantes coletivos; para uma liberação maior da mulher de seus afazeres domésticos, para que participe mais socialmente; reivindicar salário igual para trabalho igual; exigir salários mais justos para todos os trabalhadores; lutar pela profissionalização da mulher; para que ela participe em todos os níveis, em entidades, em grupos, em partidos políticos e em movimentos; denunciar a utilização negativa da imagem da mulher nos meios de comunicação e, promover ampla campanha de esclarecimento sobre os direitos da mulher.

Essas foram, em linhas gerais, algumas decisões tomadas pelas três mil mulheres que participaram do 2.º Encontro da Mulher Paulista, nos dias 8 e 9, sábado e domingo últimos o dia todo na PUC/SP. Para levar o encontro adiante, mais de 50 entidades se mobilizaram, conseguindo 22 ônibus que trouxessem as mulheres da periferia; foi conseguido lanche e uma creche para 800 crianças, cujas mães não tinham onde deixá-las.

Houve falhas de organização, é verdade, como falta de gente para olhar as crianças, falta de lanche, pois nem todas conseguiram comer, e atraso nas discussões, embora houvesse horário marcado. No sábado agora, dia 15, haverá reunião de avaliação no Instituto dos Arquitetos Brasileiros às 19:30.

(Reportagem de João Azevedo)



No sábado foi levantada a questão da mulher no mercado de trabalho, atirada assim sem especialização, e fazendo concorrência com a mão-de-obra masculina, ganhando menos; falou-se da exigência do fortalecimento das propostas concretas que colaborem com a luta, fortalecendo o trabalho de base, de bairro, na fábrica ou no sindicato.

Houve, em seguida, uma explicação sobre o histórico dia 8 de março (ver box ao lado), e uma homenagem a Flávia Schilling, jovem brasileira presa nos cárceres do Uruguai há sete anos, por motivo político. Foram apresentadas trechos da peça "A Gaiola", que mostra as condições de trabalho das operárias de laboratório. Outro grupo

apresentou "Maria Solidão", sobre os problemas sexuais femininos e a educação repressiva imposta à mulher. Essas apresentações serviram de estímulo para as discussões em grupos sobre o tema "A situação da mulher e a discriminação".

Chegou-se à conclusão de que as mulheres pretendem um governo mais justo que se responsabilize pelos encargos domésticos da mulher, como a educação dos filhos e assistência médico-hospitalar, liberando-as para a participação comum na sociedade. Como também defenderam o ensino público e gratuito para todos, e enfatizaram a necessidade de se lutar por melhores salários para todos os trabalhadores. Como também lutar contra a carga educativa recebi-

da desde a infância.

Os grupos que debateram o tema "discriminação enquanto mãe" consideraram que a luta da mulher é indissolúvel do povo brasileiro — incluindo aí a luta por melhores salários, emprego, moradia, saúde, saneamento, transporte, educação, participação e liberdade. Suas principais decisões: fortalecer mais a união de homens e mulheres por melhores condições de vida e de saúde; lutar pela assistência ao pré-natal e pós-parto, e pela ampliação do período de licença (quando a mulher trabalha), maternidade para 6 meses, continuar o movimento creche integral, nos bairros e locais de trabalho, garantindo a participação dos pais na orientação e administração.

Os grupos das trabalhadoras assalariadas fizeram extenso relatório denunciando que as mulheres se concentram em formas de subemprego ou prestação de serviços, e que a sociedade não estimula a profissionalização. Denunciaram que sofrem porque são mulheres, por questão de raça, quando estão ou não grávidas (nas fábricas, na triagem de admissão não é incomum o teste de gravidez aplicado para admitir nova funcionária), e se são casadas. Se posicionaram contra todas essas discriminações, pelo direito ao trabalho e estabilidade para todos os trabalhadores, contra o arrocho salarial e para trabalho igual, salário igual. Novamente surgiu a reivindicação das creches.

Plenário e discussão —

No domingo houve uma redivisão dos grupos para debater a participação política nos movimentos geral e feminino, precedida pelo depoimento das mulheres que participam do Movimento por Creches, e de dona Ana, representante das donas-de-casa de Mauá: "Vamos unir, meu povo, que sem a unidade não somos nada. Nosso alimento está sumindo do nosso prato. Nosso povo vai morrendo pouco a pouco, não tem terra para plantar porque os latifundiários tomaram tudo. Temos que lutar, a luta tá parada. Temos que mudar essa sociedade podre que aí. Vamos unir como corrente, que ninguém quebra".

Foi lida uma moção do Comitê Brasileiro pela Anistia, com o nome de

mais de 30 mulheres mortas ou desaparecidas pelos órgãos de repressão entre 68 e 78. Nesse documento a Comissão de Presos Políticos Mortos e Desaparecidos do CBA exige o esclarecimento das arbitrariedades e consequente punição dos culpados.

Uma representante do Movimento Negro Unificado denunciou a exploração negativa da imagem do negro nos meios de comunicação: "As mulheres negras sempre aparecem como empregadas domésticas, ou então são vistas como objeto sexual, como é o caso das mulatas".

Ana, viúva de Santo Dias da Silva pregou a necessidade de prosseguir a luta pela libertação de forma unitária, sem divi-

sões: "A situação está difícil, mas a gente tem que conseguir a unidade, sem ela não somos nada".

Foi colocada a questão do aborto, e se decidiu por uma campanha de esclarecimento e discussão mais aprofundada a respeito. Uma representante de um grupo político provocou uma verdadeira confusão, e que ocasionou um atraso de mais de uma hora nos trabalhos, e o Congresso foi encerrado às pressas pela mesa coordenadora. Cida, da Associação das Donas de Casa disse que esses grupos que badernaram nem participaram da preparação que elas vinham fazendo há dois meses. "só vieram baguncar, mas a gente não aceita essa atitude".

A mulher diante dos partidos políticos ^{p51}

IREDE A. CARDOSO

A Frente Nacional de Mulheres (cujo nome definitivo ainda está em discussão) dará início, no próximo dia 31 de março, 2.ª feira, a uma série de debates, a ser realizada no Teatro Ruth Escobar, às 20h30, sobre questões estritamente vinculadas ao movimento feminista. O primeiro tema, nesse dia, será o da reformulação partidária, para o qual já foram convidados Leonel Brizola, do PTB; Chico de Oliveira, do PT e representantes de partidos já formados ou em formação.

De fato, essa é uma questão que está preocupando a cúpula das associações feministas atualmente, porque o engajamento da mulher na política exige análise crítica e ponderada sobre as reivindicações que lhes são específicas, tendo em vista a tese aprovada pelas três mil mulheres que se reuniram no tumultuado 2.º Encontro da Mulher Paulista. As mulheres lá reunidas mostraram ter plena consciência ser um dever o de atuar politicamente, pois esse é um canal dos mais legítimos, através do qual o amadurecimento da população feminina e sua participação vão, sem dúvida, ocorrer.

A tese não é nova. Ela vem desde a década de 20 e, mais recentemente, Branca Moreira Alves, uma das destacadas figuras do feminismo brasileiro, apresentou trabalho durante reunião da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, exortando a população feminina a essa participação. Na ocasião, entretanto, tornaram-se inevitáveis atitudes demasiadamente escrupulosas, pois os partidos existentes, ao menos de modo superficial, colocavam em seus programas as reivindicações específicas da mulher, tal qual igualdade salarial com os homens trabalhadores, entre outros, além de serem, ambos — Arena e MDB — impostos de cima para baixo.

O que caracteriza o feminismo, além disso e de forma essencial, não é a luta pelo poder, mas contra ele, na medida em que, através dele têm sido exercidas as mais gritantes injustiças sociais. Nesse sentido, as mulheres feministas só poderiam estar dispostas a se engajar politicamente em partidos que lutassem por colocar no poder o poder do consenso, através de princípios comuns, também consensuais.

Isso não quer dizer que as feministas vivam num mundo de utopia política, ao contrário. No Brasil, os tempos estão mudando, pouco, mas estão. Embora a maioria dos partidos existentes, entre nós, ressintam-se fortemente dessa formulação autoritária, sendo impostos de cima para baixo, prevalecendo os medalhões envelhecidos que ainda mostram o ranço de governos nitidamente machistas (para os quais a mulher deve continuar silenciosamente cuidando da casa e da prole), a verdade é que chegou a hora da população feminina manifestar-se.

Estamos vendo os trabalhadores lutando para formar partidos de baixo para cima, no qual nossas reivindicações poderão ainda aparecer no programa nacional. A mulher não pode ser manipulada, como sempre vem ocorrendo, para entrar nesse ou naquele partido, mas terá que refletir sobre a questão, para decidir livre e conscientemente sobre qual será sua participação, sem continuar a ser mera massa, de manobra, em todos os níveis sociais.

A formação de departamentos femininos nos partidos vem sendo, além disso, questionada pelas entidades feministas, pois a hora não é de separar mulheres de homens, mas levá-los a juntar as reivindicações que lhes são específicas. Dessa forma, homens e mulheres oprimidos poderão defender, juntos, suas reivindicações, chegando a um acordo sobre a atuação política. O que não pode ser admitido, em circunstância alguma, é que a especificidade da luta da mulher seja posta de lado, seja considerada secundária. A mulher ganha menos que o homem; é demitida quando engravida, quando se casa, depois de ter o filho; executa a dupla jornada de trabalho. Isso, por acaso acontece com homens? Eis aí uma de nossas especificidades. Questões sobre a anticoncepção, planejamento familiar e suas implicações políticas, aborto, tudo isso tem que constar de um programa político que queira, de fato, lutar pela igualdade entre homens e mulheres. Caso contrário, estarão apenas nos utilizando. As leitoras que reflitam sobre a questão. Mobilizar-se politicamente, sim, mas numa luta que traga ao País, a voz e o corpo de mais da metade da população.

O BANCO CENTRAL

000 nacional
m 5
ANO 1 n.º 0
CRECHE 25/25/03/80

1. Urgência na implantação do benefício Creche.
2. Necessidade de Creche até os 6 anos de idade.
3. O benefício estendido a todos os funcionários, sem distinção de sexo, categoria, cargo que exerçam ou quaisquer outros.
4. Os sistemas de creche a serem implantados nas Regionais, de acordo com as particularidades de cada cidade (vide nota), deverão ser:
 - a) livre-escolha
 - b) por convênio
 - c) no local de trabalho
 - d) verba individual

Nota: As Regionais estão preparando um estudo onde será, através de consulta direta a todos os funcionários, decidido qual o melhor sistema a ser implantado em cada uma delas, considerando-se que cada cidade tem suas características próprias. O resultado destas pesquisas será encaminhado no prazo de 90 dias.

5. Até a implantação do benefício creche, verba individual para cada funcionário que tenha filho na faixa de idade de 0 a 6 anos, no valor de 2 salários mínimos.

A enorme disposição em discutir, elaborar a proposta de uma solução que possa satisfazer amplamente, vem demonstrar, de forma contundente, a necessidade de implantação do benefício creche aos funcionários. Isso demonstra cada vez mais claramente que essa implantação deva ocorrer imediatamente, pois a situação concreta dessa necessidade pode ser constatada a cada dia, a cada instante no cotidiano dos funcionários. Daí a reivindicação de implantação, em caráter de urgência, de uma verba individual para os funcionários que tenham filhos da idade de 0 a 6 anos.

Os funcionários, ao externarem o seu ponto de vista, com relação ao funcionamento, ao atendimento do benefício creche, concluíram que esse atendimento será certamente satisfatório se atingir a idade de 6 anos. Isso porque ficou constatado que o benefício limitado a idade inferior a essa seria uma meia solução. Pois, fundamentado nas necessidades dos funcionários, que se combinou com o aspecto psicológico, na faixa de idade de 0 a 6 anos, a criança necessita de cuidados especiais.

A psicologia do desenvolvimento destaca os primeiros anos de vida da criança, como sendo os cruciais para seu desenvolvimento mental, emocional e motor; a ciência da nutrição diz serem esses os anos críticos para o adequado desenvolvimento físico da criança, demonstrando que, nessa fase de vida, a qualidade da estimulação ambiental e social determina em grande parte o futuro sucesso ou fracasso escolar das crianças.

No debate do tema creche, a primeira conclusão que os funcionários tiraram foi que sobre a regulamentação legal - creche até os 6 meses - não cabe nem sequer uma discussão, dada a necessidade dos funcionários e outros argumentos expostos neste documento.

Os outros que têm creche (dados de Out/79)

Empresas	Faixa de Atendimento	Sistema Adotado	Preço aos Funcionários
Hospital das Clínicas	0 a 6 anos	no local de trabalho	benefício integral
Caixa Econômica Federal	4m. a 6 anos	no local de trabalho	Cr\$ 1.500,00
B N H	0 a 4 a. 4 a 14a.	livre-escolha	5 1/2 UPC 70% sal. min/ano
CEESP	0 a 3 a. 3 a 6 a.	no local de trabalho livre-escolha	-
Secretaria da Fazenda	0 a 4a.	local de trabalho (próx.)	benefício integral

Campanha: Pela Creche até 6 anos!

O ENF deliberou o encaminhamento da campanha pela creche que, a partir da volta das delegações às regionais, está sendo desenvolvida.

Na proposta geral levada ao Diretor, o item 4, que diz respeito ao sistema a ser adotado, não ficou definido. Isso porque, cada regional deverá determinar, considerando-se as particularidades de sua cidade, qual é o mais adequado. Para tanto, os Grupos de Trabalho de Creche formados estão encaminhando uma consulta aos funcionários e organizando reuniões onde esse tema pode ser debatido, abrindo-se a participação a todos os funcionários. Isso por que só os próprios funcionários podem decidir qual é a melhor solução para os seus problemas.

O Grupo de Trabalho deve, ainda, levantar dados sobre o funcionamento, atendimento pediátrico e psicológico, localização, horário, etc, das creches de suas cidades, a fim de obter maiores subsídios para a solução a ser adotada.

Um ponto fundamental na Campanha, e de consenso geral, é o desenvolvimento de uma fundamentação da necessidade de creche até os 6 anos de idade. Nesse sentido, a participação de todos os funcionários é de maior importância.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *FOLHA PAULISTA*Data: *27/03/80*Pág. *2*

Pasta n.º

N.º do recorte.....

LBA quer creches para um milhão de menores

—“Pretendemos atingir em 1990, a meta de um milhão de crianças em creches-casulos, o que representará não só fornecimento de alimentação e sociabilização a pré-escolares carentes, mas também a possibilidade de trabalho remunerado fora do lar para cerca de 500 mil mães de famílias carentes, que assim terão com quem deixar seus filhos em segurança”. Foi o que afirmou, ontem, a presidente da LBA, Léa Leal, em palestra durante encontro promovido no Rio pelo presidente do INPS, Oscar Schubert, que reuniu todos os superintendentes regionais da autarquia.

A presidente da Legião pediu amplo entrosamento entre a Fundação e o INPS em todos os Estados e acenou que este, inclusive, é um propósito do ministro Jair Soares.

“O entrosamento se justifica — frisou — porque dos dez milhões de atendimentos que a LBA realizou em 1979, em todos os seus programas sociais, 60% destinaram-se a previdenciários de baixa renda.”

Creche denuncia pressão para dar apoio a Maluf

A diretoria da Creche Madre Camila, no Jaguaré, denunciou ontem pressões recebidas da Secretaria de Promoção Social para "aderir" ao partido oficial do governo, o PDS, em troca de subvenções para a entidade que abriga 65 crianças de 0 a 6 anos. O padre Waldir Brandão, assistente da creche, revoltado com a atitude dos assessores de Salim Curiatti, disse que os diretores e funcionários da casa não assinarão qualquer compromisso partidário nem colocarão os posters de Sylvia Lutfalla e Paulo Maluf nas paredes — mas farão nova denúncia pública, caso deixem de receber as verbas solicitadas por causa dessa decisão.

O "convite" para o ingresso ao PDS foi feito há 10 dias, durante reunião de dirigentes de obras assistenciais, convocados pela Secretaria, para discutirem o encaminhamento dos pedidos de verbas e sua liberação. O encontro, a que compareceram representantes de centenas de entidades, transformou-se em comício, como conta o padre Brandão: "Ao invés de se tratar das questões referentes ao trabalho desenvolvido pelas entidades representadas, um assessor da Secretaria, Fuad Kfoury, distribuiu fotos coloridas do governador e de sua esposa e fichas de inscrição no partido, encerrando o encontro com um verdadeiro comício no qual procurou mostrar as 'conveniências' de uma ampla adesão ao PDS — o que sensibilizaria o governador a 'assistir' dignamente o trabalho das entidades".

A ficha que além de dados pessoais solicita o número do título, sessão, comarca e zona eleitoral e informações sobre as atividades profissionais, vida pública e comunitária dos dirigentes de associações,

contém até um termo de compromisso. "Na perspectiva de reformulação político-partidária, afirmo o propósito de me filiar ao partido que vier a ser liderado pelo presidente João Figueiredo e pelo governador Paulo Maluf. Na atual fase de abertura política, entendo que devo ser solidário com ambas lideranças, as quais, pela sua firmeza, espírito democrático e patriotismo, consultam os interesses nacionais".

CORRUPÇÃO

Considerando esse aliciamento "uma corrupção dos costumes políticos, que fere a Constituição do País, porque intimida os cidadãos a adotarem 'à força' comportamento estranhos à sua verdade", o padre Brandão acusou o governador Paulo Maluf de estar desviando recursos da assistência social para atividades partidárias de proveito próprio.

"A assistência à população — salientou — é dever essencial do Estado. Quando particulares assumem essa responsabilidade, estão fazendo um trabalho complementar — o que revela, incontestavelmente, omissões ou limitações do governo. Por esta razão, as subvenções que são destinadas às entidades assistenciais não são favores ou esmolas, mas um meio acausado de amenizar as dificuldades financeiras que enfrentam, ao desempenhar um papel que, na verdade, compete ao Estado."

Padre Brandão explicou que a recusa em "aceitar o jogo da Secretaria" foi decidida em assembléia extraordinária da diretoria da creche, e será mantida porque a entidade tem um bom número de sócios contribuintes que permitem, com suas doações,

atender, ao menos, as necessidades básicas das crianças e da casa. "Nós arrecadamos mensalmente — explicou — cerca de Cr\$ 30 mil. Com isso — que, evidentemente, é pouco para uma entidade de 65 crianças — é possível assegurar ao menos a alimentação. A casa é própria — foi comprada com a ajuda da comunidade do bairro — e isso ameniza muitas despesas. Mas existem centenas de associações paupérrimas, e estas talvez não consigam resistir às pressões do governo."

A creche foi fundada em 1974, por irmã Camila, uma religiosa habituada a trabalhar na periferia. No final de 76 um derrame cerebral a afastou da obra que, na época, tinha 25 menores matriculados e passou a ser assistida por grupos de casais e de jovens do Jaguaré, orientados pelo padre Waldir Brandão. A legalização da entidade, através do registro dos estatutos, permitiu que, dois anos mais tarde, fosse declarada de utilidade pública, passando a contar com subvenções oficiais. A partir de então, as instalações foram remodeladas e a creche passou a abrigar 65 crianças. A maioria dos assistidos provém das favelas do bairro, são filhos de mães solteiras, de casais que trabalham fora, orfãos ou abandonados.

Fuad Kfoury, o assessor de Salim Curiatti, que "convitou" os dirigentes de entidades assistenciais a se inscreverem no PDS, se recusou a comentar o assunto, limitando-se a dar uma gargalhada sarcástica e dizer à reporter que "se omitiria de responder qualquer pergunta" a respeito. Outros assessores entrevistados aconselharam o Estado a ouvir o próprio Secretário da Promoção — "que é o dono da bola".

Violência policial: menores torturados

Cinco depoimentos de arbitrariedades em Embu, São Paulo

Hamilton de Souza

"A violência é programada", conclui o padre Jaime Crowe, da Paróquia de Todos os Santos, no Jardim Santa Emília, ao relatar os inúmeros casos em que estão envolvidos os policiais da delegacia de Embu, município da Grande São Paulo, muitos dos quais ainda não foram denunciados publicamente porque a população dos bairros periféricos da cidade teme uma represália por parte da própria polícia.

Parte dessa violência passou a ser conhecida há pouco mais de uma semana, quando a Pastoral de Direitos Humanos, setor Campo Limpo, encaminhou à Comissão Justiça e Paz de São Paulo um documento contendo as cópias de vários depoimentos prestados no fórum de Itapicirica da Serra, com denúncias de prisões arbitrárias, maus tratos e torturas, inclusive com a aplicação de choques elétricos e de "pau-de-arara".

De acordo com o advogado Armênio Marques, da Pastoral de Direitos Humanos, entre os dias 29 de janeiro e 2 de fevereiro, a polícia de Embu prendeu arbitrariamente 11 pessoas, entre estas 9 menores, inclusive um de 8 anos de idade, sob a alegação de que eram "suspeitos" de vários delitos. Algumas prisões foram efetuadas durante a noite, com invasão de domicílio, e os menores chegaram a ficar até 13 dias incomunicáveis, sem a autorização do juiz da comarca e em total desrespeito ao novo Código de Menores, que permite a custódia por um período máximo de cinco dias.

DEPOIMENTOS

Do menor E.N., de oito anos de idade: "Que no dia 29 de janeiro próximo passado, o menor encontrava-se no quintal de sua casa, aproximadamente às 12 horas, quando se aproximaram três pessoas, sendo duas à paisana, ou seja, civis, e um policial, que solicitaram a um primo e a um irmão de E., para chamá-lo; que o menor foi para o quintal e que o policial o colocou dentro de um carro marca Volkswagen, cor verde, sem dizer para onde iriam levá-lo, e porque... que chegando ao Posto Policial, lá encontrou seus amigos S. e M.; que após, todos se dirigiram, em uma perua, para a Delegacia de Embu; que ao chegarem lá, foram levados para o banheiro; que ao menino S.



Um dos presos: E.P., oito anos

foi feita uma pergunta, por uma moça da delegacia, e que o mesmo não sabia responder, então a referida moça lhe deu um tapa no rosto e na cabeça; que ainda, a referida moça, deu vários tapas no menino; que na noite em que permaneceram na delegacia, não foram alimentados, e que pernottaram dentro de um banheiro, sem cobertores; que o mesmo foi solto no dia seguinte ao da prisão, aproximadamente às 12 horas quando seu pai foi buscá-

lo; que os demais menores permaneceram na delegacia".

Do menor C.P.F., de 16 anos: "Que ao entrarem no banheiro, o declarante foi amarrado ao cano do chuveiro, com as mãos e braços levantados, e que foi aberta a torneira, para que caísse água em sua cabeça; que o mesmo passou várias horas nessa posição, ou seja, todo o período da noite".

De Sebastião Soares, pai do menor S.: "Que o sr. escrivão lhe disse que se fosse dada a quantia de Cr\$ 6.000,00, o menor seria posto em liberdade imediatamente; que o sr. Sebastião respondeu que não tinha tal quantia, que inclusive é doente; que o menor permaneceu 13 dias detido na Delegacia".

"AMANHÃ TEM PAU"

De José Carlos de Farias, de 19 anos: "Que levaram o depoente e seu irmão para a Delegacia de Polícia de Embu, que isto foi de quinta para sexta-feira, que ficou detido dentro de um banheiro da delegacia; que na sexta-feira de manhã, o depoente foi colocado em uma cela, juntamente com outros detentos, após ter comido um pãozinho, o depoente foi retirado da cela, pelo policial Samuel, que levou o depoente para o banheiro, onde foi torturado no "pau-de-arara" e deram choque no dedão do pé..."

Do menor P.S.F., de 16 anos: "... que o policial conhecido por Samuca lhes disse: amanhã tem pau; no dia seguinte, às seis horas da manhã, foram levados e que seu irmão levou choques e ficou no "pau-de-arara"

até 12 horas... que o depoente viu seu irmão, ao ser retirado do "pau-de-arara" arrastado pelo investigador Mário, todo molhado, com um pano amarelo envolvendo o braço direito, impossibilitado de andar... que após tirar a roupa foi colocado no "pau-de-arara" despido, tendo o policial Luizão colocado um punhado de sal na boca do depoente... que o depoente ficou dependurado num tempo que não sabe calcular... e aí o depoente confessou todos os crimes que lhe imputaram... que o depoente lembra-se que entre as acusações constava homicídio, estupro, assalto a pedestre e que assinou tudo, apavorado pelo fato de voltar ao "pau-de-arara".

Além desses, ainda há os depoimentos de mais três menores, todos denunciando torturas com choques elétricos, espancamentos com tacos de bilhar, falta de alimentação, confissão de crimes não cometidos e, curiosamente, ameaças de que seriam jogados em uma das lagoas existentes na região de Embu.

PRESSÃO DA POLÍCIA

Depois que a Pastoral de Direitos Humanos passou a dar assistência aos menores e às suas famílias, fazendo inclusive a divulgação dos casos, o delegado Jurandir Gomes Martins e equipe aumentaram as pressões e ameaças sobre os "suspeitos", e promoveram duas reuniões com moradores do Bairro São José e do Jardim Santa Teresa, nas quais acusaram a Igreja de contribuir com a onda de crimes.

Há poucos dias, o advogado Antonio das Neves acompanhou dois menores à delegacia para solicitar exames de corpo de delito e presenciou a ameaça do próprio delegado, que disse a um dos menores que ele ia "acabar com uma bala na cabeça". Impedido de tomar conhecimento das "confissões" assinadas pelos menores, na delegacia, o advogado Antonio das Neves está movendo ação contra o delegado.

Embora tenha poucos anos de carreira, o delegado Jurandir Gomes Martins já é bastante conhecido pelas práticas violentas. Há menos de dois anos, foi ele quem pressionou a família de um menor morto pela PM, em Osasco, a apressar o enterro. Posteriormente, foi condenado por abuso de poder, na comarca de Barueri.

Tendo em vista a situação criada com o caso dos menores torturados, a Igreja da região distribuiu um comunicado, lido nas missas de domingo passado, o qual não apenas relata os fatos e as providências tomadas, explica que "não podemos aceitar a violência de nenhum lado, nem de assaltantes, ladrões, traficantes e muito menos do Esquadrão da Morte e da polícia".

MULHERES

«O aborto deve ser
seguro e legal»

“Só a mulher pode controlar seu próprio corpo”

As cartas que se seguem foram enviadas ao Juiz Alberto Mota Moraes e ao promotor Rodolfo Ceglia do Rio de Janeiro, solidarizando-se com o Dr. Carlos Alberto da Silva e as mulheres Maria Ivone Schnitz, Marcia Sandes Dantas e Maria da Conceição Brito, presas sob acusação de prática clandestina de abortos.

Caros senhores:

Como membros do International Subcommittee of the National Abortion Campaign (Subcomite Internacional da Campanha Nacional de Abortos), na Grã-Bretanha, estamos escrevendo para denunciar o recente ataque policial a uma clínica de abortos no Rio de Janeiro, resultando na prisão do médico, da enfermeira e duas outras mulheres, Márcia Sandes Dantas e Maria da Conceição Brito.

Nós apoiamos firmemente as ações do Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro e outras organizações de mulheres que estão lutando pelo direito da mulher de decidir sobre o aborto no Brasil.

Acreditamos firmemente que é um direito de toda mulher controlar sua própria fertilidade sem a interferência do Estado ou da Igreja, e que o aborto deve ser seguro e legal.

O fato de se recusar a legalidade do aborto no Brasil não significa que eles deixem de existir, mas apenas que são feitos em condições terríveis e anti-higiênicas, onde a segurança e a saúde das mulheres são colocadas em grave risco.

Exigimos desse modo que as pessoas envolvidas neste ataque à clínica sejam soltas e suas penas anuladas. Em solidariedade a nossas irmãs brasileiras, exigimos também que o aborto torne-se legal e seguro no Brasil, e desejamos deixar claro que as mulheres através do mundo estão determinadas a lutar por e a conquistar este direito fundamental de controlar seus próprios corpos.

atenciosamente

International Subcommittee,
NAC Londres - Grã-Bretanha

Srs. Procuradores

Pela presente gostaria de informar-vos que a prisão do Dr. Carlos Roberto da Silva, de Maria Ivone Schnitz, de Marcia Sandes Dantas e de Maria da Conceição Brito — todos os quatro recentemente acusados da prática de abortos clandestinos em vossa cidade — causou muito barulho, principalmente na França (e nos outros países europeus), entre todos aqueles que são conscientes e responsáveis, e que assumem com

justeza esta grande responsabilidade que representa a educação e a existência de uma criança.

As mulheres, (os homens não possuem visivelmente nenhuma experiência no que concerne à responsabilidade imensa de ter colocado uma criança no mundo, logo não tem nenhum direito de julgá-lo) que são as únicas envolvidas, começam por todo o mundo a acordar a se revoltar, como atualmente em vosso país.

Nós nos alegramos de saber que as mulheres brasileiras manifestam-se nas ruas, e que elas não vão mais se calar; seu número crescerá, e elas tem nosso apoio. E os acusados serão defendidos.

Gostaria ainda, srs. procuradores, de vos informar que estou enviando cópias desta carta a vários jornais brasileiros, importantes, a fim de que este apelo seja atendido.

Quanto aos abortos, portanto, não se trata de crime, trata-se principalmente, para as mulheres, de seu desejo e suas possibilidades de ter ou não um filho. Logo, deve-se falar de filhos desejados e também do que poderia se fazer por eles nesta terra. Porque os filhos não desejados desafortunados vós certamente conheceis melhor seu destino e seus problemas.

Na esperança de ter conseguido despertar seu interesse em favor dos detidos;

Anja Bülow
Courbevoie - França

Congresso da Mulher

Cresceu a participação

E as mulheres querem creche, esclarecimentos sobre sexo e pílula, cursos para profissionalização, garantia de emprego, atendimento médico

Nos dias 8 e 9 de março, cerca de 3 mil mulheres se reuniram no Teatro da Universidade Católica, o Tuca, para realizar o 2º Congresso da Mulher Paulista. Desta vez, com alguns avanços em relação ao 1º Congresso, feito no ano passado: o número de mulheres em relação ao 1º Congresso, feito no ano passado: o número de mulheres triplicou (no ano passado eram 800) e as entidades presentes, desta vez, foram 52 contra apenas 8 do ano anterior.

Mulheres moradoras da periferia, integrantes de clubes de mães, Sociedades Amigos de Bairro, sindicatos, movimentos por creche juntaram-se a representantes de movimentos pela anistia, estudantes, professoras, jornalistas, membros de organizações feministas para discutir a discriminação sofrida pela mulher.

Divididas em grupo e, depois reunidas em plenário, as mulheres conversaram sobre a discriminação que sofrem enquanto mulheres, enquanto mães, enquanto donas de casa e enquanto trabalhadoras. E de cada uma dessas discussões, resultou um documento final onde expressam as lutas que pretendem desenvolver.

Em primeiro lugar, as mulheres vão lutar por melhores salários para todos os trabalhadores, porque entendem, inclusive, que o relacionamento entre os sexos depende também de condições decentes de vida. Lutarão também pela instalação de postos de saúde especializados em informações sobre anticoncepção, questões orgânicas e sexuais da mulher, em todos os bairros, para que haja uma sexualidade sadia e que o direito à maternidade possa ser exercido.



Além disso, foi decidido que se criem comissões, junto a todos os setores da sociedade, para esclarecerem as mulheres sobre seus direitos, suas questões de saúde e de sexo. Em relação ao aborto, o Congresso não se definiu por lutar a favor da legalização, mas pela realização de uma semana de debates sobre o assunto daqui a três meses.

Profissionalização

As mulheres resolveram também lutar pela profissionalização feminina e pela garantia de emprego, através de um abaixo-assinado a ser encaminhado ao Ministério do Trabalho. Denun-

claram também as pressões sofridas no trabalho pelas mulheres casadas e grávidas.

A luta por creches ganhou nova força. Desde o ano passado, o movimento pela criação de creches se ampliou e colocou como questão principal que o governo e as empresas assumam a responsabilidade de criar creches nos locais de trabalho e moradia, para crianças até 6 anos.

Finalmente, o Congresso decidiu incentivar a participação feminina nos clubes de mães, nas associações de bairro, nos sindicatos. E, a partir de uma reunião das entidades organizadoras do encontro, detalhar os novos passos na luta das mulheres.

Gritos, tapas e empurrões

Nem tudo, porém, foi pacífico no Congresso. Na plenária final, um grupo de mulheres do departamento feminino do PMDB, depois de verem suas propostas rejeitadas nos grupos de discussão, partiu para criar um tumulto, distribuindo empurrões, tapas e gritando sem parar.

Apesar desse comportamento surpreender a maioria das participantes, muitas organizadoras já previam, desde o sábado, a confusão que finalmente aconteceu no domingo. Segundo a representante da Casa de Cultura de Guarulhos, "esse grupo que está no departamento feminino do PMDB é o pessoal do jornal 'Hora do Povo', que só sabe atuar desse jeito. Foram as mesmas pessoas que, durante a última greve dos metalúrgicos de São Paulo, atacaram a corrente das os membros da Oposição Sindical na porta do Sindicato. Elas não representam nem mesmo a opinião de todo o departamento feminino do PMDB".

Solange Padilha, do grupo feminista Nós, Mulheres acredita que a briga, apesar de ter assustado muita gente, colocou na ordem do dia a questão da autonomia do movimento das mulheres. "Elas eram um pequeno grupo que tentou convencer as mulheres de que a saída para o movimento feminino

é a canalização de tudo dentro do departamento feminino do PMDB. E as mulheres não aceitaram, como não aceitariam essa proposta vinda de nenhum partido. Pela primeira vez, ficou claro que o movimento das mulheres não pode se vincular a nenhum partido político, porque se dividirá entre as diversas correntes de opinião que existem".

Este pensamento, no entanto, não parece ser geral, nem mesmo entre as representantes de entidades que organizaram o Congresso. A maioria delas defende que a luta da mulher deve ser canalizada para dentro de uma luta mais geral, de todas as oposições. A organização independente das mulheres é contestada: na maioria das discussões, o que prevaleceu é que as mulheres devem, em vez de ter sua organização própria, engrossar os movimentos que já existem.

"Isso é uma incompreensão" diz Solange. "A luta das mulheres está dentro da luta mais geral, é claro. Mas as mulheres tem problemas específicos, sofrem uma dupla opressão. Por isso, devem também desenvolver uma dupla militância: dentro do movimento mais geral e dentro do movimento específico de mulheres, que deve ter uma organização própria. Uma coisa não exclui a outra".



As mulheres homenageadas

Este ano, o Congresso da Mulher Paulista elegeu como homenageadas duas mulheres, símbolos de luta e resistência: Flávia Shilling, brasileira presa no Uruguai há oito anos, e Ana Dias da Silva, viúva do metalúrgico Santo Dias da Silva, assassinado pela polícia durante a greve dos metalúrgicos de São Paulo em novembro último.

Lembrou-se ainda das mulheres mortas ou desaparecidas durante o período de repressão mais dura

no Brasil e que, segundo dados do Comitê Brasileiro pela Anistia, somam 35. A participação da mulher nicaraguense durante as lutas que derrubaram a ditadura de Somoza também mereceu uma homenagem.

Finalmente, o Congresso homenageou as mulheres negras, duplamente oprimidas por seu sexo e sua cor, e as mulheres operárias que gastam a vida e a juventude atrás das máquinas.